

**RELATÓRIO  
E CONTAS  
2013**



Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra

Relatório e Contas 2013

**Idealização, Pesquisa e Coordenação por:**

Adélia Antunes

Ana Duarte

Daniel Ribeiro

José Cláudio

**Impressão / Encadernação:**

Sérgio Fernandes – Valente Artes Gráficas

**Fotografia:**

Rafael G. Antunes

## **CONVOCATÓRIA**

Na qualidade de Presidente da Mesa da ASSEMBLEIA GERAL da CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE MAFRA, C.R.L., e no cumprimento do que determinam os seus Estatutos, **CONVOCO** a Assembleia Geral Ordinária da CCAM para o dia 29 de MARÇO de 2014 (Sábado), às 09H00, na sede da Instituição, em Mafra, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Discussão e Votação do Relatório, Balanço e Contas do Conselho de Administração, incluindo o Parecer do Conselho Fiscal (Exercício de 2013);
2. Apreciação da Proposta de Distribuição de Resultados;
3. Apreciação e Votação da Declaração do Conselho de Administração relativa à Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e demais Dirigentes da CCAM de Mafra;
4. Outros Assuntos de Interesse Coletivo.

Nota:

*Nos termos do art.º 25.º dos Estatutos, a Assembleia Geral reunirá, à hora marcada, se estiver presente mais de metade dos associados com direito de voto.*

*Se não estiver presente número suficiente de associados, a Assembleia reunirá, com qualquer número, uma hora depois.*

**Mafra e Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, aos 24 de Fevereiro de 2014**

**O Presidente da Mesa da Assembleia Geral**

**Dr. Jorge Humberto Moreira Simões**



## Mensagem da Presidente



Ao longo da sua História, a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra sempre prezou o seu contributo para o desenvolvimento económico, cultural e social de Mafra.

Ficou claro, desde muito cedo, que este seria um aspeto incontornável da sua missão, forte estímulo para o seu contínuo crescimento e expansão com benefício direto para os seus sócios e clientes.

Neste momento de crise económica e financeira da zona euro e de assistência financeira em Portugal esta missão torna-se um factor essencial e distintivo da outra banca.

Neste contexto continuamos a política de segurança dos valores que nos são confiados e adaptamo-nos às circunstâncias da crise que nos assola, servindo os nossos sócios e clientes garantindo o apoio necessário em condições equitativas, mantendo a solidez da instituição.

Agradeço a confiança, fidelidade e dedicação dos sócios, clientes e colaboradores, todos eles imprescindíveis para a sustentabilidade da nossa instituição.

Sabemos que um longo e prestigiante passado, cuja construção assentou em valores éticos, de rigor e de segurança é uma vantagem competitiva para enfrentar um futuro pleno de desafios.

Temos a responsabilidade de proporcionarmos às gerações vindouras pelo menos o mesmo que as gerações anteriores nos deixaram.

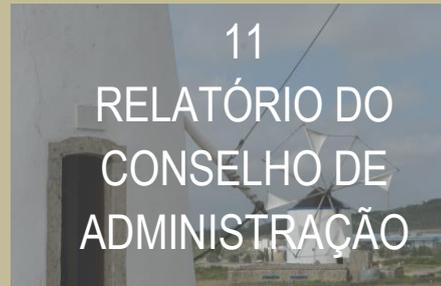
Mafra, ao 5 de Março de 2014

A Presidente do Conselho de Administração

Eng<sup>a</sup> Maria Manuela Nina Jorge Vale



# Índice





# ORGÃOS SOCIAIS

## Assembleia Geral

**Presidente** | Dr. Jorge Humberto Moreira Simões

**Vice-Presidente** | José Manuel Silva Gomes

**Secretário** | Rogério Bernardes Miranda

## Conselho de Administração

**Presidente** | Eng.<sup>a</sup> Maria Manuela Nina Jorge Vale

**Vice-Presidente** | Adélia Maria M. G. Rodrigues Antunes

**Vice-Presidente** | Eng.º David Alexandre Neves Silva Jorge

## Conselho de Administração Substituto

Hernâni José Gomes Rodrigues

## Conselho Fiscal

**Presidente** | Dr. Mário Jorge Silvestre Neto

**Secretário** | Dr. Sérgio Nuno Dias Bento

**Vogal** | Dr. João Miguel Peralta Patrocínio Bento

## Conselho Fiscal Substituto

Dr. Luís Francisco Silva Sardinha

## Revisor Oficial de Contas (Efectivo)

Oliveira, Reis & Associados, SROC, n.º 23

Dr. José Vieira dos Reis, ROC n.º 359

## Revisor Oficial de Contas (Suplente )

Dr. Fernandes Marques Oliveira, ROC n.º 207





# RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



## Exercício de 2013

No cumprimento dos Estatutos da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra CRL, o Conselho de Administração apresenta o seu Relatório e Contas relativo ao exercício de 2013.

### 1 – ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

#### ECONOMIA INTERNACIONAL

Em 2013 verificou-se um fraco crescimento económico nas economias avançadas, especialmente na área do euro.

O clima de incerteza foi reforçado pela falta de aprofundamento de compromissos político-económicos entre os países da União Europeia, pela incerteza do regresso aos mercados dos países intervencionados e pela desaceleração da economia americana e da generalidade das economias emergentes, nomeadamente da China e das duas economias mais relevantes da América Latina, o Brasil e o México.

A atividade económica na zona euro registou um crescimento positivo embora muito ténue de 0,4%, ao contrário do ocorrido nos E.U.A. que, embora tenha apresentado um abrandamento na economia, registou um crescimento económico de 1,9%. Em termos de mercado cambial, observou-se uma valorização do euro face ao dólar.

A taxa de desemprego na União Europeia registava no final do ano valores próximos dos 11%, sendo ligeiramente superior na área do euro, na ordem dos 12%.

As taxas de juro atingiram mínimos históricos ao longo do ano, tendo o BCE reduzido a taxa de referência para 0,25%. No mesmo sentido, a Reserva Federal norte-americana indicou também que as taxas deverão permanecer próximas de zero.

#### ECONOMIA NACIONAL

Do ponto de vista económico e social, o desempenho de Portugal revela-se mais positivo no ano transato, o que veio a ser demonstrado pelos resultados obtidos no último trimestre.

Embora muito ténues, as melhorias da condição macroeconómica portuguesa na parte final do ano fizeram-se sentir, nomeadamente na ligeira redução da taxa de desemprego e na descida das taxas de juro.

Apesar da continuação do crescimento das exportações, este não se apresentou suficiente para superar a forte contração da procura interna (contrariada no 4º trimestre), que se traduziu numa diminuição do Produto Interno Bruto, em termos anuais e em volume, de 1,5%.

Contudo, no último trimestre do ano, verificou-se uma tendência inversa, com o PIB a registar uma variação positiva, em volume, de 1,6%.

A taxa de desemprego no 4º trimestre de 2013 fixou-se nos 15,3%, levando a que a média anual fosse de 16,3%.

No âmbito do financiamento do Fundo Monetário Internacional, Portugal continuou a cumprir com os compromissos, para o que as medidas de austeridade determinadas foram rigorosamente aplicadas pelo governo.

O processo de ajustamento deverá assumir uma natureza permanente, não só no que se refere à trajetória de consolidação orçamental de médio prazo mas também ao conjunto de reformas estruturais em curso.

Ao setor privado não financeiro, empresas e famílias não foi ainda possível ultrapassar o grau de dificuldades de cumprimento com as suas obrigações, apesar da manutenção do decréscimo das taxas de juro.

No cômputo geral as aplicações dos clientes aumentaram, pese embora uma ligeira redução nos depósitos a prazo, compensada significativamente em aplicações dos clientes em produtos da CA Vida.

## **2 – ATIVIDADE FINANCEIRA E COMERCIAL DA CCAM DE MAFRA**

O exercício de 2013 continuou a pautar-se por uma política de gestão mais rigorosa, clara, bem definida, transparente e coerente.

A CCAM apresenta uma situação confortável, salientando-se o rácio de solvabilidade de 29,32% e o rácio de transformação de 61%.

Apesar da existência de excedentes de capital, não se procedeu a uma abertura na política de concessão de crédito dada a continuidade quer da fragilidade da economia nacional, quer do excessivo endividamento de empresas e famílias. A apresentação de pedidos de crédito manteve-se diminuta, não só pelo acima descrito mas também pela falta de confiança dos investidores. Contudo, alguns dos pedidos foram motivados pela continuação da política de restrição na concessão de crédito por parte da generalidade das instituições financeiras.

Permanentemente atentos às evoluções das taxas de juro, continuámos a deparar-nos com forte concorrência essencialmente nas taxas passivas, nomeadamente Certificados do Tesouro Poupança Mais. Atuámos ativa e atentamente, adotando as soluções adequadas de forma a mantermos, tanto quanto possível, a carteira dos nossos associados e clientes. De notar, novamente, a demonstração da credibilidade que merecemos dos mesmos.

Continuámos a prestar serviços financeiros adequados, mantendo o atendimento personalizado, tratando caso a caso adequadamente, com apresentação das soluções financeiras enquadradas ao perfil de risco de cada um, com os critérios da máxima discricção, confidencialidade e independência.

Relevamos o serviço da prospeção comercial, que exerce um atendimento de amplitude alargada e não se circunscreve apenas à recolha de valores.

Devido ao lançamento da nova nota de €5 (Série Europa), adquirimos de imediato novas máquinas de validação, contagem e recircularização, de forma a garantirmos a qualidade do serviço prestado aos associados e clientes.

No crédito em contencioso verificou-se uma redução significativa, originada pela regularização do crédito de um mutuário que representava cerca de 36% do crédito vencido.

Contudo, continua a verificar-se uma morosidade excessiva na resolução judicial do crédito em contencioso face à falta de eficiência do sistema.

Em função do descrito, procedemos ao reforço de provisões para crédito vencido, assim como para imóveis recebidos em pagamento de crédito. De salientar o resultado obtido através do contacto direto dos serviços com os mutuários e fiadores, desde o início do incumprimento, de forma a impedir o processo judicial.

Apraz-nos registar a recuperação, em curso, do sector primário, valorizando um modelo de desenvolvimento de criação de riqueza nacional. Esta CCAM, que no seu papel de cooperativa, sempre apoiou o desenvolvimento agrícola, até pela sua inserção num concelho com raízes fortemente agrícolas “hortícola, frutícola e vitivinícola” assiste com agrado a este ressurgimento de um sector económico indispensável para a recuperação económica do país.

### **3 – GESTÃO DE RISCOS**

A unidade de estrutura de Gestão de Risco e Análise do Reporte Prudencial manteve no decurso de 2013 a função de definição de processos que assegurem apropriada compreensão da natureza e da magnitude dos riscos subjacentes à atividade da CCAM de Mafra, de forma a permitir uma implementação adequada da estratégia e do cumprimento dos objetivos delineados pela Instituição, e tendo por base as “best practices” emanadas pelas entidades reguladoras e de supervisão. Este é um processo transversal e integrado na instituição, agindo preventivamente nas situações que possam colocar em causa a situação financeira da instituição, criando e melhorando controlos e ferramentas eficazes para acompanhar, monitorizar, avaliar e controlar os riscos materialmente mais relevantes.

No seguimento da política de gestão de riscos exigida pelo Banco de Portugal, o exercício de 2013, foi marcado pela continuidade dos reportes ao órgão de supervisão, principalmente através da elaboração dos seguintes relatórios:

Relatório sobre o Sistema de Controlo Interno – A existência de um Sistema de Controlo Interno adequado e eficaz assume uma importância fulcral na estabilidade e segurança das Instituições e consequentemente do próprio sistema financeiro, garantindo um efetivo cumprimento das obrigações legais e dos deveres a que as Instituições se encontram sujeitas e uma apropriada gestão dos riscos inerentes às atividades desenvolvidas. Assim, é elaborado anualmente um Relatório sobre o Sistema de Controlo Interno vigente na Instituição.

Relatório de ICAAP – O cálculo do ICAAP (Internal Capital Adequacy Assessment Process), permite a determinação do nível de capital interno subjacente ao perfil de risco a que se encontra exposta a instituição.

Relatório da Disciplina de Mercado – Este relatório anual de divulgação pública de informação, é obrigatório e de possibilidade de consulta online no sítio da Internet. Apresenta um detalhe exaustivo sobre a solvabilidade da instituição, assim como das suas políticas e práticas de gestão.

Relatório de Branqueamento de Capitais – Em matéria de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, procura-se minimizar eficazmente possíveis ocorrências, bem como os impactos que delas podem advir. O modelo de gestão de risco implementado na CCAM de Mafra nesta matéria assenta primordialmente no conhecimento dos seus clientes (Know Your Customer), fundamentado na relação de proximidade que a caracteriza e que se traduz numa expectativa sobre o seu comportamento futuro, tendo em consideração o tipo de cliente e a relação de negócio existente, pelo que desvios ao perfil conhecido do cliente são encarados como fatores de risco.

Relatório sobre Stress Tests - Foram efetuados Stress Tests de acordo com a Instrução n.º 4/2011, que divulga as orientações para a realização de análises de sensibilidade, verificando-se que os níveis de solvabilidade e liquidez são adequados, e que a instituição tem capacidade para absorver o impacto de acontecimentos adversos.

Relatório sobre Imparidade da Carteira de Crédito - O relatório sobre a imparidade da carteira de crédito da CCAM de Mafra tem por objectivo a obtenção de um grau de segurança aceitável de que as metodologias de cálculo de imparidade implementadas permitem uma avaliação do risco associado à carteira de crédito e uma quantificação das respetivas perdas incorridas, conforme previsto na Instrução n.º 5/2013 do Banco de Portugal.

Plano de Recuperação – O Plano de Recuperação, de acordo com o definido no Aviso n.º 12/2012 do BdP, visa identificar as medidas suscetíveis de serem adotadas em cenários de desequilíbrios de Capital e/ou Liquidez, de forma a garantir que as Instituições de Crédito estão em condições de reagir de forma mais célere, mas também mais estruturada, em situações de dificuldades financeiras.

Na sequência da elaboração destes relatórios, e com base no Modelo de Avaliação de Riscos (MAR) implementado, depreendemos que os riscos são fatores inerentes à atividade, pelo que continuamos atentos e despertados, atuando com rigor, profissionalismo, disponibilidade e dinamismo, de forma a garantir aos nossos associados e clientes a segurança dos valores que nos confiam.

Assim, os riscos materialmente relevantes para a instituição, são os que passamos a descrever:

## **RISCO DE CRÉDITO**

Este risco corresponde à probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros perante a Instituição, incluindo possíveis restrições à transferência de pagamentos do exterior.

O Risco de crédito, pela relevância material de que se reveste, é o principal risco subjacente à atividade Bancária, não obstante a sua interligação com os restantes riscos.

A estratégia da CCAM de Mafra fundamenta-se no acompanhamento da sua carteira de clientes, atendendo à limitação geográfica associada ao seu objeto social. As principais linhas de negócio encontram-se relacionadas com o desenvolvimento do mundo rural, com créditos aos agricultores incluindo o seu bem-estar social, o crédito à habitação, créditos a PME e créditos de natureza individual, utilizando-se para o efeito os produtos disponíveis no mercado. O controlo das operações fundamenta-se num detalhado conhecimento das mesmas por parte do Conselho de Administração da CCAM de Mafra.

Sendo o risco de crédito o materialmente mais relevante na atividade da CCAM de Mafra, e aquele que consome mais capital interno, encontra-se devidamente implementada uma política de concessão de crédito assente em critérios conservadores e rigorosos.

Algumas das principais técnicas utilizadas na mitigação do risco de crédito são Garantias Reais (cauções-depósitos em numerário efetuados junto da Instituição, hipotecas de bens imóveis), reforço da taxa de provisionamento do Crédito Vencido, diversificação setorial da carteira de Crédito.

## **RISCO DE MERCADO**

Probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, provocados por flutuações em taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de ações ou preços de mercadorias.

O controlo dos riscos de mercados enquadra-se no âmbito do exercício da atividade da Instituição e do cumprimento das regras e exigências aplicáveis.

Este risco resulta da conjugação de vários riscos, incluindo o risco de crédito, de taxa de juro, de liquidez, operacional e de “compliance”, aos quais acrescem os impactos provocados pelas oscilações das variáveis macroeconómicas e o comportamento da concorrência.

Acompanhamos a evolução destes fatores de uma forma periódica, tempestiva e adequada à definição das suas políticas, procurando minimizar os riscos de mercado, nomeadamente, no mercado específico onde atuamos e de onde provêm a maioria dos clientes que servimos, quer ao nível do crédito, quer ao nível da captação de recursos. Acompanhamos e avaliamos as tendências de mercado, mantendo, contudo, uma política própria, adequada ao mercado, à nossa estrutura e aos meios de que dispomos.

## RISCO DE TAXA DE JURO

Probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de juro, por via de desfasamentos de maturidades ou de prazos de refixação das taxas de juro, da ausência de correlação perfeita entre as taxas recebidas e pagas nos diferentes instrumentos, ou da existência de opções embutidas em instrumentos financeiros do balanço ou elementos extrapatrimoniais.

Em concreto, a CCAM de Mafra pretende identificar e analisar atempadamente os impactos que a taxa de juro pode vir a sofrer no caso de um choque standard, medindo e controlando os riscos a que a Instituição está ou poderá vir a estar exposta, e em conformidade, afetar recursos e capital interno para a cobertura adequada desses riscos.

## RISCO ESTRATÉGIA

Este risco encontra-se inerente aos demais tipos de risco, p.e. risco mercado, taxa de juro, de crédito, e em linha de conta com os objetivos delineados pelo Conselho de Administração para a CCAM de Mafra e, para tal, os objetivos da Instituição passam pelo cumprimento integral do que é proposto, tendo como base as regras/normas existentes.

A CCAM de Mafra assume como principais eixos de desenvolvimento e diferenciação estratégicos a prestação de serviços caracterizados pela excelência e proximidade do cliente.

A atividade da Instituição encontra-se essencialmente assente na intermediação financeira através da captação de recursos dos associados e clientes e posterior aplicação dos mesmos, complementada através da comercialização de seguros e de fundos. Estas operações são efectuadas através da CA Seguros, CA Vida e Caixa Central, assumindo a CCAM de Mafra um papel de intermediário nas mesmas.

O crescimento sustentado da atividade é acompanhado por políticas de reforço continuado, com enfoque nos níveis de eficiência da Instituição e pela manutenção de uma rigorosa disciplina de capital.

A mitigação deste risco é efetuada através dos seguintes procedimentos:

- Clarificação das competências de cada funcionário;
- O cumprimento das normas internas;
- Utilização do conhecimento profundo do meio em que é desenvolvida a atividade/operações;
- A Formação profissional e Auto Formação.

## RISCO CONCENTRAÇÃO

A concentração de riscos constitui um dos principais fatores potenciais de perda a que uma instituição de crédito se encontra sujeita. Num cenário de concentração, as perdas originadas por um número reduzido de exposições podem ter um efeito desproporcionado, confirmando o relevo da gestão deste risco na manutenção de níveis adequados de solvabilidade.

O risco de concentração é um dos tipos de risco a que a CCAM de Mafra se encontra exposta, nomeadamente em três vertentes:

**Geográfica** - Decorrente do RJCAM, o âmbito de ação da CCAM de Mafra encontra-se limitado geograficamente, pelo que o risco de concentração (vertente zona geográfica) assume alguma relevância na determinação do risco total.

**Sectorial** - Esta vertente do risco de concentração consiste na exposição significativa a grupos de contrapartes de um determinado sector de atividade.

O risco de concentração por sector de atividade é desde logo limitado pelas disposições constantes no RJCAM, uma vez que estas restringem o limite de concessão para operações de crédito com finalidades distintas das previstas no artigo 27º (fins não agrícolas) estabelecendo o limite de 35% do valor do respetivo ativo líquido, pelo que fora destes sectores de atividade, a CCAM de Mafra encontra-se limitada na atividade de concessão de crédito.

**Grandes riscos** - Entende-se por "grupo de clientes ligados entre si" duas ou mais pessoas singulares ou coletivas que constituam uma única entidade do ponto de vista do risco assumido, por estarem de tal forma ligadas que, na eventualidade de uma delas se deparar com problemas financeiros, a outra ou todas as outras terão, provavelmente, dificuldades em cumprir as suas obrigações.

O Limite de exposições a riscos, perante um cliente ou grupo de clientes ligados entre si não pode ser superior a 25% dos fundos próprios, assim como, o limite de exposições perante Instituições não pode exceder o estipulado no Aviso nº 7/2010 do Banco de Portugal.

## **RISCO OPERACIONAL**

Probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de falhas na análise, processamento ou liquidação das operações, de fraudes internas e externas, da atividade ser afetada devido à utilização de recursos em regime de "outsourcing", de processos de decisão internos ineficazes, de recursos humanos insuficientes ou inadequados ou da inoperacionalidade das infraestruturas.

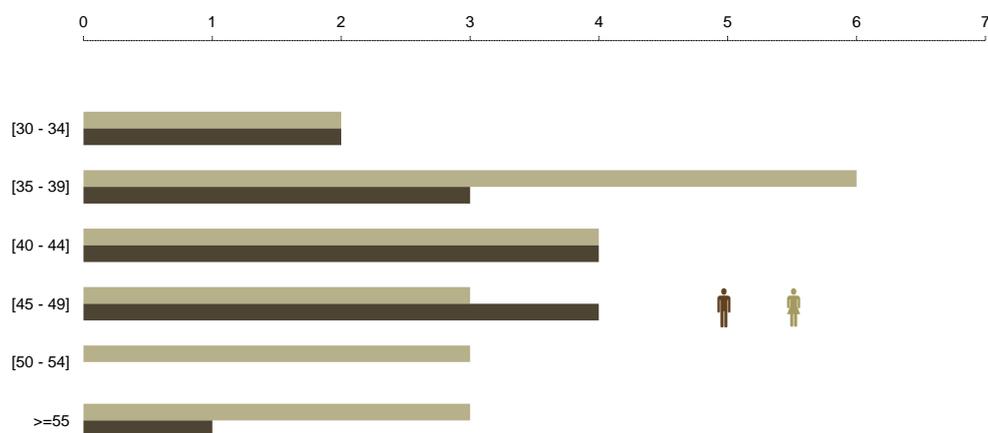
O Risco Operacional é gerido no âmbito do desenvolvimento regular da atividade, quer através da definição de normas, procedimentos, segregação de funções, delegação de competências, quer dos respetivos controlos operacionais implementados.

#### 4 - RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos são um ativo fundamental da Instituição, pelo que mantivemos a política de formação cada vez mais exigente, tanto externa como interna, dando-lhes condições sociais estáveis e incentivos, do que resulta o incremento do profissionalismo, talento e dedicação.

O quadro de pessoal é composto por 35 elementos administrativos, prevalecendo os elementos femininos que representam 60%.

A média etária situa-se nos 43 anos, sendo que é no escalão [35 – 39] onde se encontra o maior número de colaboradores.



## 5 – INFORMAÇÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃO SOCIAIS

A política de remunerações que vigorou durante o exercício de 2013 resulta da reunião das reuniões da Assembleia Geral de 8 de Dezembro de 2012 e 7 de Dezembro de 2013 a ser observada durante o mandato de 2013/2015, onde consta a composição das remunerações dos órgãos de Administração e de Fiscalização, que veio a ser aprovada por unanimidade.

Relativamente aos deveres de informação quantitativa descritas no art. 17º do Aviso nº 10/2011 do Banco de Portugal, sobre a Política de Remunerações, o quadro anexo representa os valores discriminados, dos órgãos de Administração e Fiscalização, no seu montante bruto anual das remunerações auferidas.

### INFORMAÇÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS EM 2013/2012

	Remuneração	
	Ano 2013	Ano 2012
<b>Conselho de Administração</b>		
<i><u>Administradores Não Executivos</u></i>		
Presidente	€ 76 479,62	€ 76 380,59
Vice- Presidente	€ 22 418,80	€ 52 129,09
<i><u>Administrador Executivo</u></i>		
Vice- Presidente	€ 123 929,78	€ 145 315,96
<b>Conselho Fiscal</b>		
Presidente	€ 12 254,00	€ 511,85
Vogais ( 2 elementos com igual rendimento)	€ 5 990,80	€ 1 023,70

A remuneração do Conselho fiscal, tendo em atenção a natureza da função deste órgão, consiste numa contrapartida de montante fixo por presença, sem quaisquer acréscimos ou outras prestações.

Não existem remunerações variáveis com base em eventuais lucros da CCAM de Mafra.

A remuneração do Revisor Oficial de Contas é estabelecida com base nas práticas de mercado e definida no âmbito do contrato de prestação de serviços de revisão de contas, e no ano de 2013 foram pagos os montantes descritos na Nota 35, do anexo às Demonstrações Financeiras.

O montante da remuneração variável devida, resulta do desempenho individual dos colaboradores, é de € 40.000, e será distribuída pelo universo de 31 colaboradores em 2014, tendo em conta o seu desempenho durante o ano de 2013.

Em 10 de Janeiro de 2013 tomaram posse os novos órgãos sociais, para o triénio 2013-2015.

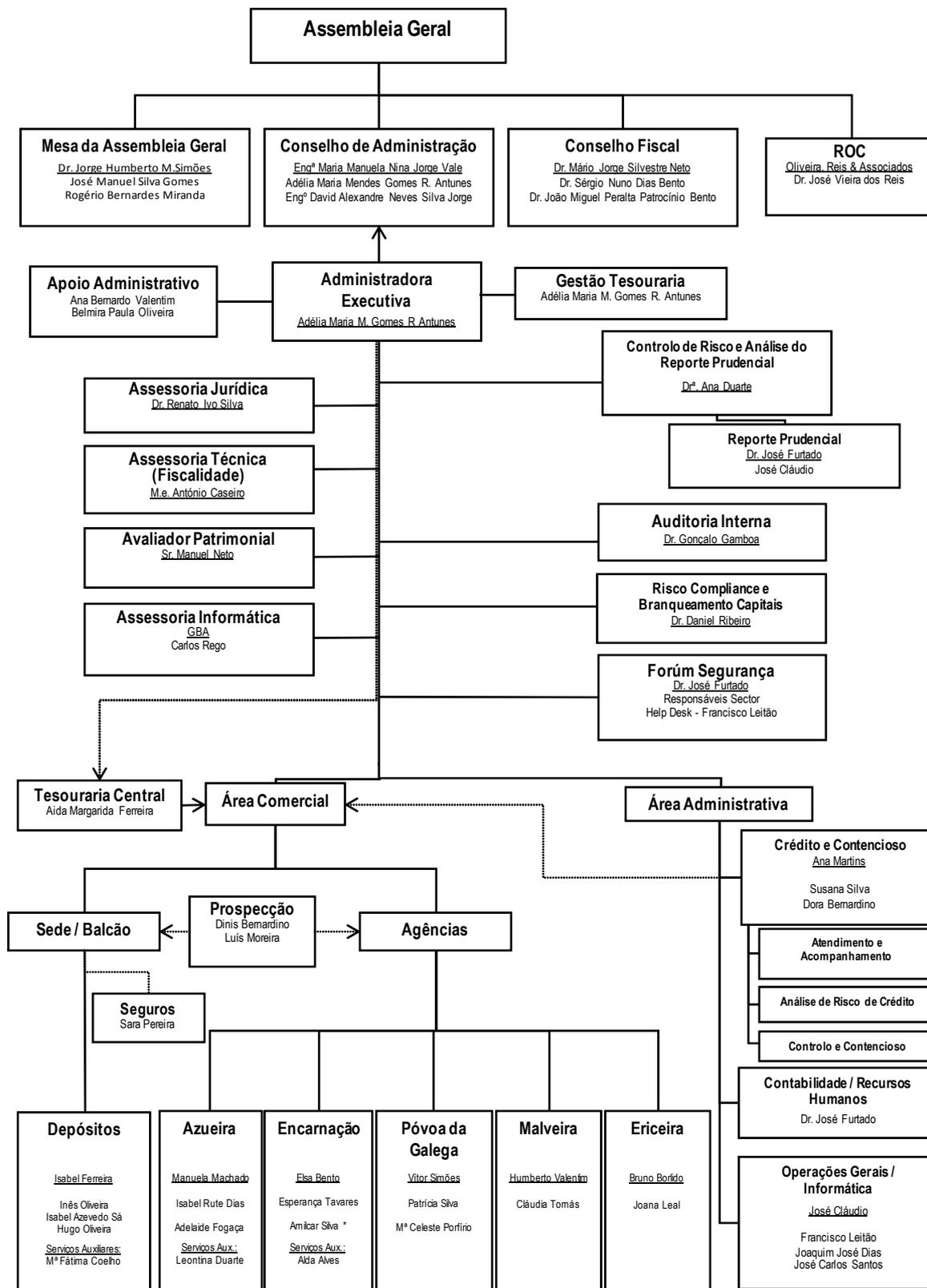
Não se registaram admissões ou rescisões do contrato de trabalho, no quadro de colaboradores que exercem funções de controlo.

## **POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS COLABORADORES**

Dando cumprimento ao disposto no nº 3 do art. 16º do Aviso nº 10/2011 do Banco de Portugal, é prestada a seguinte informação:

- Os colaboradores entendidos de acordo com o art. 2º do Aviso nº 10/2011 do Banco de Portugal, auferem de uma remuneração fixa paga 14 vezes por ano, de acordo com as condições dispostas no ACTV do Crédito Agrícola;
- De acordo com as funções em que o nível de responsabilidade e exigência de disponibilidade assim o justifique é atribuída uma hora de isenção de horário de trabalho;
- Atendendo ao disposto no nº 3 do art. 17º do Aviso nº 10/2011 do Banco de Portugal, são três os colaboradores abrangidos pelo art. 13º, isto é, que desempenham funções de controlo previstas no Aviso nº 5/2008 do Banco de Portugal, que auferiram a remuneração bruta de € 122.975,12.
- As remunerações totais dos restantes 31 colaboradores durante o exercício de 2013, foram de €1.029.379,50.

## 6 – ORGANOGRAMA DA CCAM DE MAFRA

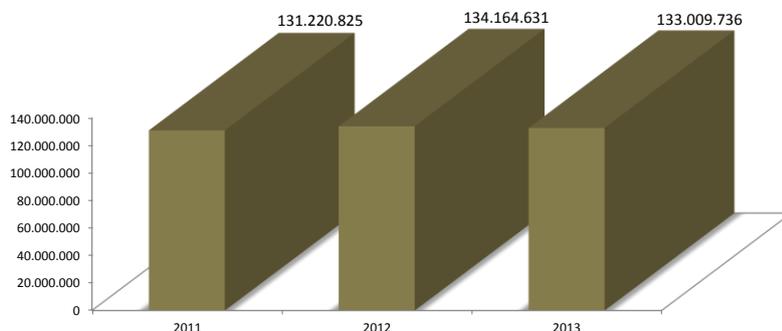


\* - Elemento com funções rotativas, podendo em qualquer momento ser transferido(a) para quaisquer outras instalações dentro dos limites fixados para efeitos de referência na cláusula 30ª do ACTV das ICAM's.

## ANÁLISE DE GESTÃO

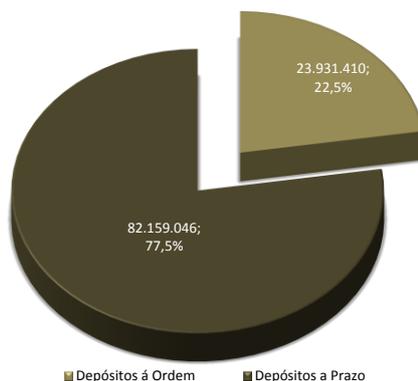
### ATIVO LÍQUIDO

O ativo líquido da CCAM de Mafra é em 31 de Dezembro de 2013 de € 133.009.736 sendo que em 31 de Dezembro de 2012 foi de €134.164.631, verificando-se uma diminuição de 0,86% face ao ano anterior.

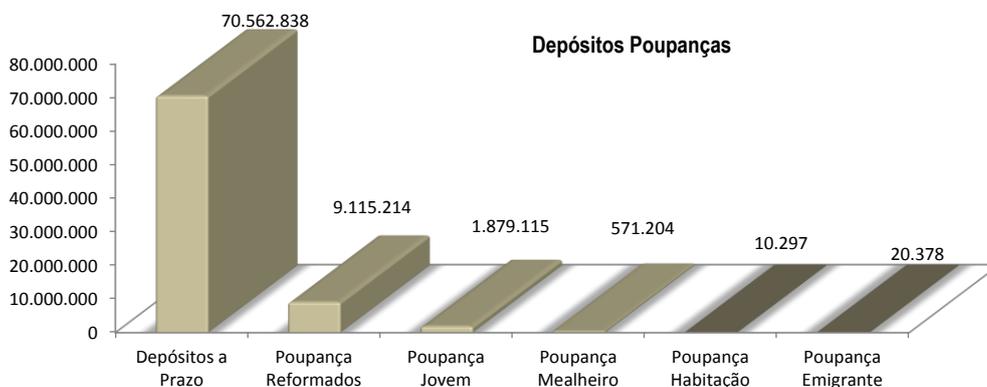


### RECURSOS ALHEIOS

No ano de 2013 atingimos junto dos nossos clientes o montante de captações de € 106.090.456, observando-se uma diminuição de 1,71% face ao ano anterior. Nos Depósitos à ordem ocorreu uma diminuição de 3,60% e nos Depósitos a Prazo de 1,14%.

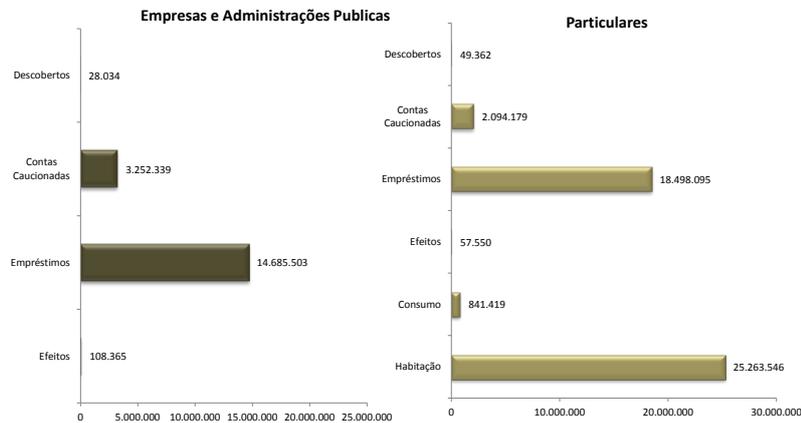


O montante de € 23.931.410 é referente aos Depósitos à Ordem e o montante de € 82.159.046 referente aos Depósitos a Prazo e a Depósitos de Poupanças, sendo que estes se decompõem da seguinte forma:

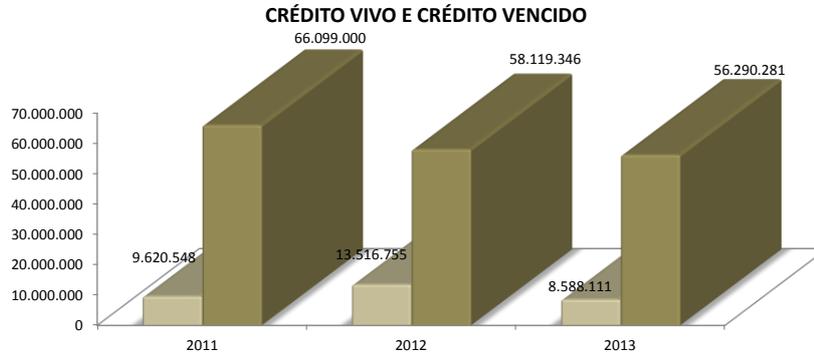


## CRÉDITO CONCEDIDO

O Crédito Total sobre Clientes em 31 de Dezembro de 2013 cifra-se em € 64.878.392, tendo-se verificado uma diminuição de € 6.757.710, que se traduz numa diminuição de 9,4% face ao ano anterior.

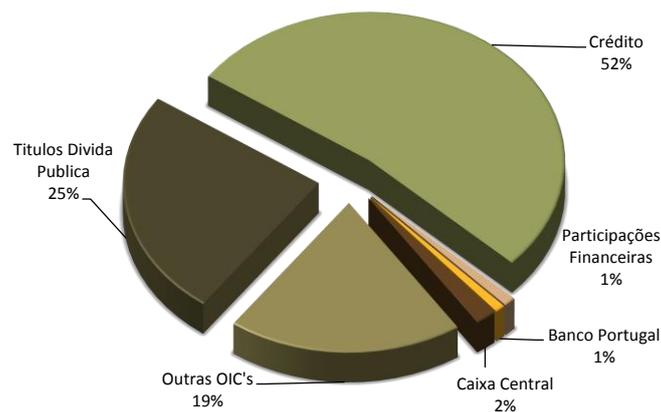


O Crédito Vencido / Crédito Total apresenta um rácio de 13,24%. O valor da provisão para crédito vencido é de € 8.485.772, representando uma taxa de cobertura de 98,8% do total do Crédito Vencido no montante de € 8.588.111.



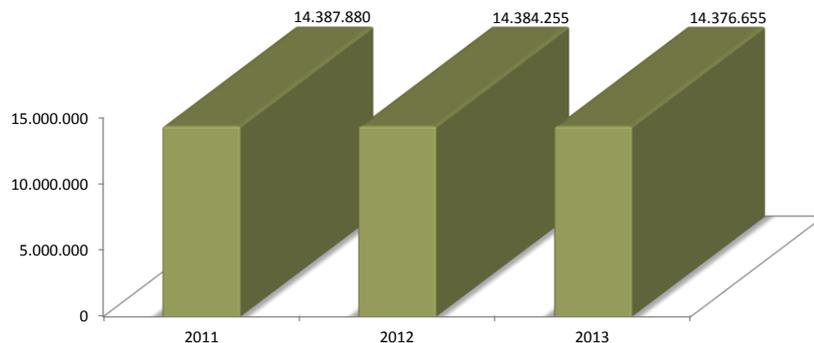
## APLICAÇÕES

As Aplicações da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra no ano de 2013 atingiram o montante de € 123.742.546.



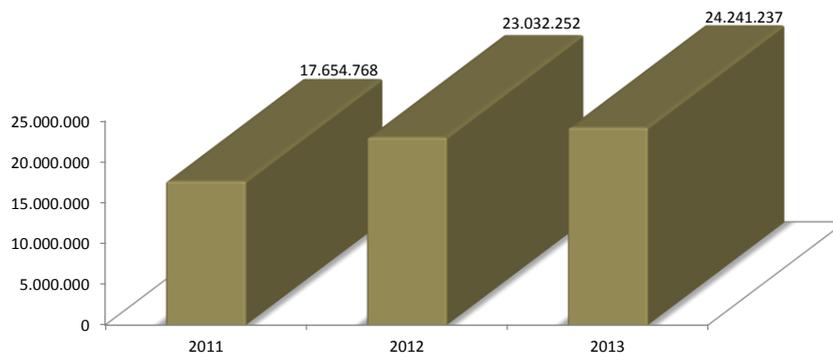
### CAPITAL SUBSCRITO

O Capital subscrito da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, em 2013 atingiu o montante de €14.376.655.



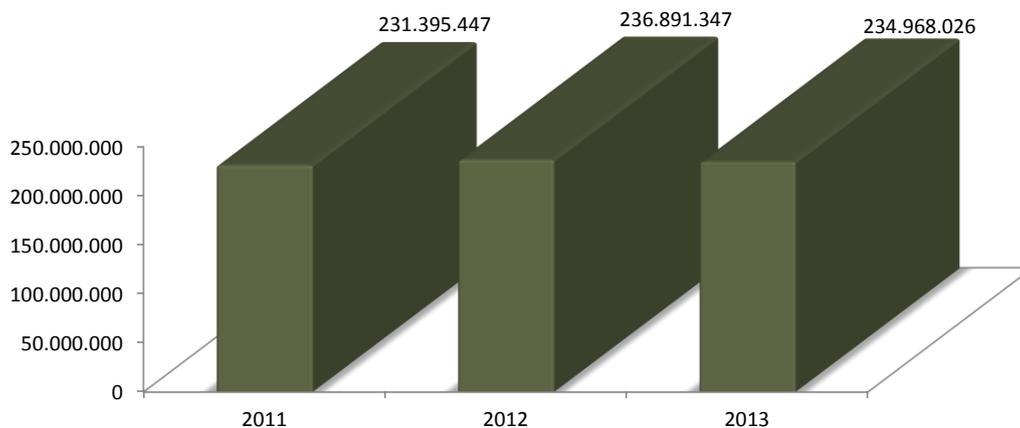
### CAPITAL PRÓPRIO

O Capital Próprio da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra apresenta um montante em 31 de Dezembro de 2013 de € 24.241.237, tendo-se verificado um aumento de € 1.208.985, face a Dezembro de 2012.



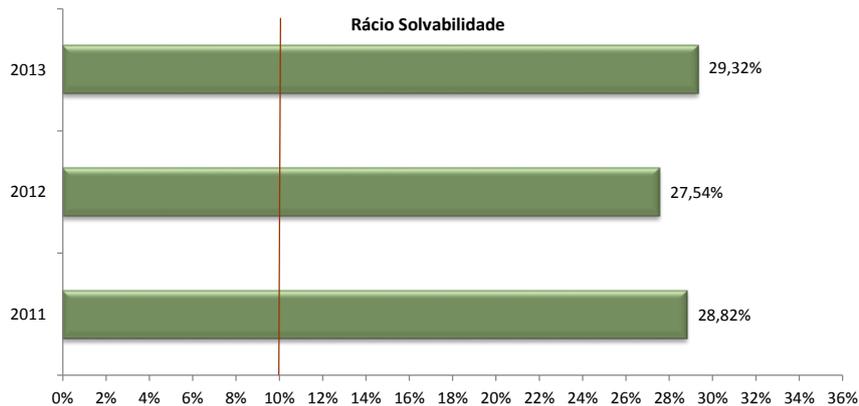
### VOLUME DE NEGÓCIOS

O Volume de Negócios da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra atingiu em 2013 o montante de € 234.968.026.



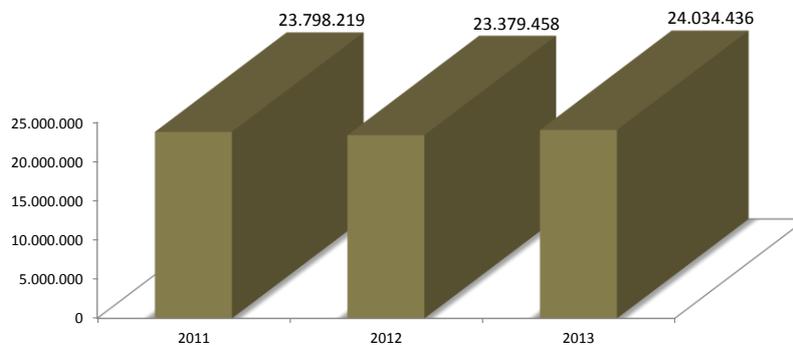
## SITUAÇÃO FINANCEIRA

	2013	2012	2011
Fundos Próprios de Base para Efeitos de Solvabilidade	23 746 095	23 472 869	23 593 265
Fundos Próprios Totais para efeitos de Solvabilidade	24 034 436	23 379 458	23 798 219
Requisitos de Fundos Próprios	6 556 975	6 790 571	6 604 373
<b>Rácio de Solvabilidade</b>	<b>29,32%</b>	<b>27,54%</b>	<b>28,82%</b>



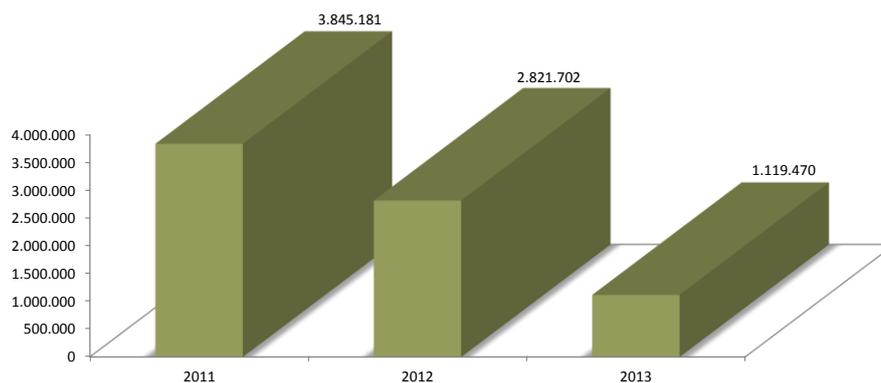
## FUNDOS PRÓPRIOS

Os Fundos Próprios da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, em 2013, atingiram o montante de €24.034.436 tendo aumentado € 654.978 face a 2012.



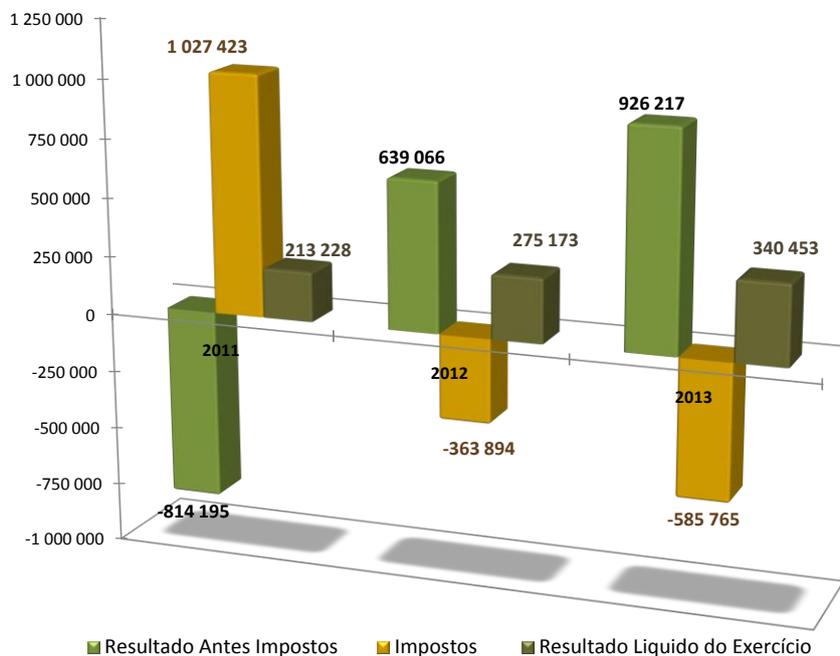
## CASH FLOW

O "cash flow" cifrou-se em 31 de Dezembro de 2013 no montante de € 1.119.470.



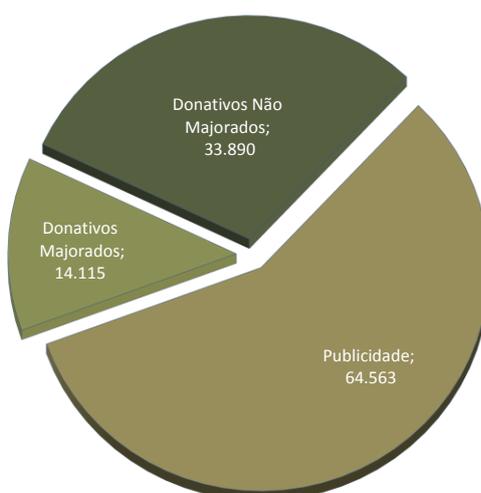
## RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

O Resultado Líquido do exercício atingiu € 340.453. Este Resultado é proveniente do Resultado antes de Imposto no montante de € 926.217, deduzido do montante € 585.765 referente a impostos, sendo € 320.267 correspondente ao IRC de 2013 e € 14.182 correspondendo à Derrama. O montante dos impostos diferidos é de € 251.315.



## DONATIVOS / AÇÃO SOCIAL / PUBLICIDADE

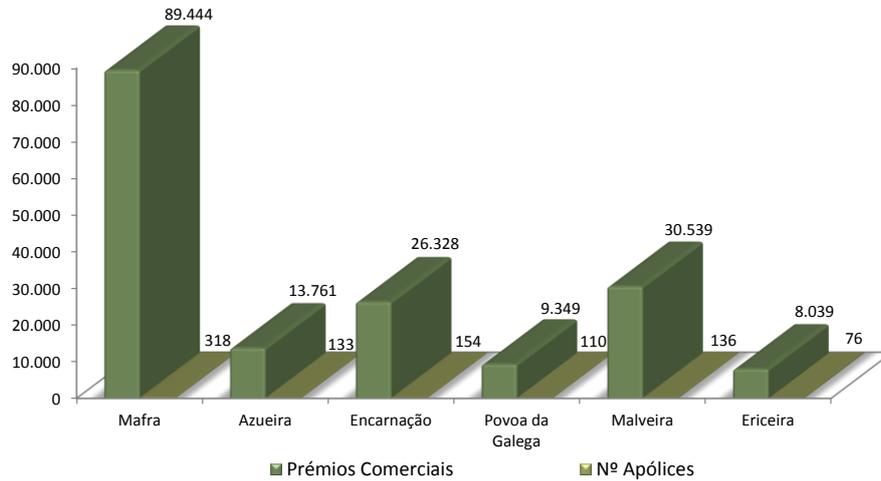
Em 2013, a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra despendeu a título de donativos e publicidade a quantia de € 112.568, sendo que € 14.115 foram donativos majorados para efeitos fiscais. O seu leque de atuação centra-se no apoio às crianças e jovens sobretudo em material didático e nos lares de apoio aos idosos.



## INTERMEDIÇÃO DE SEGUROS

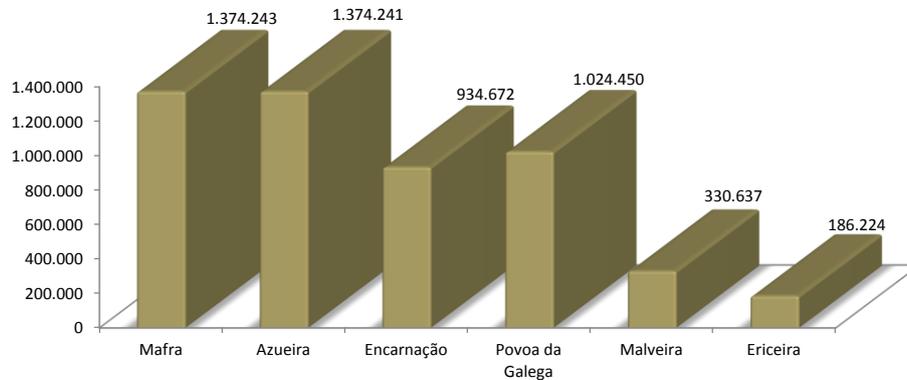
### CA SEGUROS

A CCAM de Mafra concretizou 97% dos objetivos propostos pela Companhia no global, com um total de €900.228 de prémios comerciais, sendo a produção nova de € 177.460, conforme gráfico:



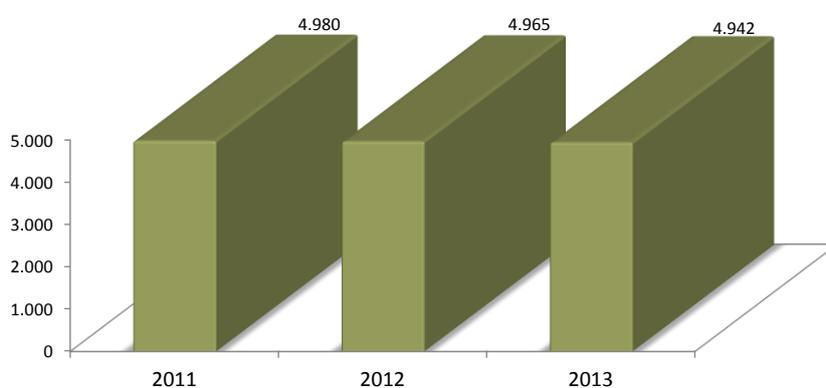
### CA VIDA

A CCAM de Mafra concretizou 240,75% dos objetivos propostos pela Companhia, com um total de €5.829.995 de prémios comerciais, sendo a produção nova de € 5.224.467, conforme gráfico:



### MOVIMENTAÇÃO / SITUAÇÃO DOS SÓCIOS – 2013

Sócios Existentes em 31/12/2012	<b>4.965</b>
Sócios Admitidos em 2013	0
Sócios demitidos a seu pedido	-20
Sócios falecidos	<u>- 3</u>
<b>Total Sócios em 31/12/2013</b>	<b>4.942</b>



**INDICADORES****Situação em 31 de Dezembro de 2013**

<b>De Balanço</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>Variação</b>	<b>%</b>
Aplicações em Instituições de Crédito	25 741 737	25 031 549	710 188	2,84%
Créditos a Clientes Líquido de Provisões	56 571 231	60 532 698	-3 961 467	-6,54%
Obrigações e Outros Títulos Rendimento Fixo	30 391 478	28 243 899	2 147 580	7,60%
Participações Financeiras	1 260 842	1 260 842	0	0,00%
Recurso de Clientes	106 658 753	108 677 721	-2 018 968	-1,86%
Capitais Próprios	24 241 237	23 032 252	1 208 985	5,25%
Ativo Líquido	133 009 736	134 164 631	-1 154 895	-0,86%

<b>De Exploração</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>Variação</b>	<b>%</b>
Margem Financeira	4 034 577	4 112 720	-78 143	-1,9%
Produto Bancário	4 856 217	5 937 039	-1 080 822	-18,2%
Cash Flow Total	3 541 551	3 151 161	390 391	12,4%
Resultado Antes Imposto	926 217	639 066	287 151	-44,9%
Imposto S/ Lucros	334 449	950 105	-615 655	-64,8%
Resultado Líquido do Exercício	340 453	275 173	65 280	23,7%

<b>Rácios</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>Variação</b>	<b>%</b>
Rácio Solvabilidade	29,32%	27,54%	1,8%	6,5%
Crédito Vencido / Crédito Total	13,3%	19,0%	-5,7%	-29,9%
Crédito Vencido Líquido de Provisões / Crédito Total	0,2%	3,1%	-2,9%	-93,2%
Nº Funcionários	35	35		
Nº Agências	6	6		

## **ESTRUTURA E PRÁTICAS DE GOVERNO DA CCAM DE MAFRA**

### **1 - ESTRUTURA DE CAPITAL**

Nos termos do art.º 14.º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo (RJCAM) o Capital Social das CCAM é variável, não podendo ser inferior a um mínimo fixado por portaria do Ministério das Finanças (i.e. € 7.500.000); prevê ainda no art.º 15.º um capital mínimo a subscrever e realizar integralmente na data de admissão, em títulos de capital por cada associado (i.e. € 500).

O capital pode ser reduzido por amortização dos títulos de capital nos termos do art.º 17.º do RJCAM e restantes condições estatutárias.

Em 31 de Dezembro de 2013, o capital da CCAM de Mafra corresponde a € 14.376.655, dividido em:

a) Capital por conversão de reservas: € 13.925.465;

b) Capital realizado em dinheiro: € 451.190, este montante encontra-se disperso por 4.942 associados, não existindo nenhum associado a deter mais de € 1.000 (200 títulos de capital) no capital da CCAM de Mafra.

### **2 - EVENTUAIS RESTRIÇÕES À TRANSMISSIBILIDADE DOS TÍTULOS DE CAPITAL, TAIS COMO CLÁUSULAS DE CONSENTIMENTO PARA A ALIENAÇÃO, OU LIMITAÇÕES À TITULARIDADE DE CAPITAL;**

Os títulos de capital da CCAM de Mafra só são transmissíveis a outros associados se o Conselho de Administração o autorizar, conforme o descrito no nº 3 do art. 9º dos Estatutos da CCAM de Mafra.

### **3 - PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS NO CAPITAL SOCIAL DA CCAM DE MAFRA;**

Não existem participações qualificadas.

### **4 - IDENTIFICAÇÃO DE DETENTORES DO CAPITAL TITULARES DE DIREITOS ESPECIAIS E DESCRIÇÃO DESSES DIREITOS;**

Não existem direitos especiais atribuídos a detentores de títulos de capital.

### **5 - MECANISMOS DE CONTROLO PREVISTOS NUM EVENTUAL SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES NO CAPITAL NA MEDIDA EM QUE OS DIREITOS DE VOTO NÃO SEJAM EXERCIDOS DIRETAMENTE POR ESTES;**

Não existe nenhum mecanismo de controlo, nem um eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital.

### **6 - EVENTUAIS RESTRIÇÕES EM MATÉRIA DE DIREITO DE VOTO, TAIS COMO LIMITAÇÕES AO EXERCÍCIO DO VOTO DEPENDENTE DA TITULARIDADE DE UM NÚMERO OU PERCENTAGEM DE AÇÕES, PRAZOS IMPOSTOS PARA O EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO OU SISTEMAS DE DESTAQUE DE DIREITOS DE CONTEÚDO PATRIMONIAL;**

Conforme disposto no art. 27º dos Estatutos da CCAM de Mafra, cada associado dispõe de um voto, qualquer que seja a sua participação no capital social.

**7 - ACORDOS PARASSOCIAIS QUE SEJAM DO CONHECIMENTO DA CCAM DE MAFRA E POSSAM CONDUZIR A RESTRIÇÕES EM MATÉRIA DE TRANSMISSÃO DE TÍTULOS DE CAPITAL OU DE DIREITOS DE VOTO;**

Não existem acordos parassociais e as restrições em matéria de transmissão de títulos de capital, são as referidas acima.

**8 - REGRAS APLICÁVEIS À NOMEAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E À ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA CCAM**

A Administração da CCAM de Mafra é estruturada segundo as modalidades previstas no Código das Sociedades Comerciais, tendo optado por Conselho de Administração (composto por 3 (Três) elementos) eleito na Assembleia Geral de 08 de Dezembro de 2012.

A alteração dos estatutos da CCAM de Mafra está prevista nos artigos 23º e 24º dos Estatutos desta.

**9 - PODERES DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

Sem prejuízo da competência da Assembleia Geral, a composição e as competências do órgão de Administração da CCAM de Mafra são as previstas no CSC para as sociedades anónimas, com as devidas adaptações e considerando ainda o estipulado no RJCAM e nos Estatutos da CCAM de Mafra.

**10 - ACORDOS SIGNIFICATIVOS DE QUE A CCAM SEJA PARTE E QUE ENTREM EM VIGOR, SEJAM ALTERADOS OU Cessem EM CASO DE MUDANÇA DE CONTROLO DA CCAM, BEM COMO OS EFEITOS RESPECTIVOS, SALVO SE, PELA SUA NATUREZA, A DIVULGAÇÃO DOS MESMOS FOR SERIAMENTE PREJUDICIAL PARA A CCAM, EXCETO SE A CCAM FOR ESPECIFICAMENTE OBRIGADA A DIVULGAR ESSAS INFORMAÇÕES POR FORÇA DE OUTROS IMPERATIVOS LEGAIS;**

Não aplicável.

**11 - ACORDOS ENTRE A SOCIEDADE E OS TITULARES DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO OU TRABALHADORES QUE PREVEJAM INDEMNIZAÇÕES EM CASO DE PEDIDO DE DEMISSÃO DO TRABALHADOR, DESPEDIMENTO SEM JUSTA CAUSA OU CESSAÇÃO DA RELAÇÃO DE TRABALHO;**

Não aplicável.

**12 - PRINCIPAIS ELEMENTOS DOS SISTEMAS DE CONTROLO INTERNO E DE GESTÃO DE RISCO IMPLEMENTADOS NA CCAM RELATIVAMENTE AO PROCESSO DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO FINANCEIRA**

O sistema de Controlo Interno implementado na CCAM de Mafra abrange todas as áreas funcionais da Instituição, baseando-se primordialmente na interação das várias unidades de estrutura, nomeadamente o Conselho de Administração, Gestão de Riscos, Auditoria Interna e Compliance, cujas competências e funções estão devidamente identificadas no Relatório de Controlo Interno que foi remetido ao Banco de Portugal em Junho de 2013, com referência ao período de 1 de Junho de 2012 a 31 de Maio de 2013. Para a elaboração do referido relatório foram presentes os relatórios de Gestão de Riscos, de Auditoria Interna, de

Compliance e de Segurança, os quais são elementos cruciais, associados à divulgação de informação financeira.

O processo de divulgação de informação financeira assenta no respeito pelas exigências da entidade de supervisão (B.P.), quer quanto a prazos quer quanto à qualidade da informação financeira. Periodicamente são remetidos os reportes à entidade de supervisão, no período de encerramento do exercício são preparadas as demonstrações financeiras e os documentos de prestação de contas e disponibilizados nas instalações da CCAM de Mafra e no sítio da Internet.

**13- DECLARAÇÃO SOBRE O ACOLHIMENTO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES AO QUAL A CCAM SE ENCONTRE SUJEITA POR FORÇA DE DISPOSIÇÃO LEGAL OU REGULAMENTAR, ESPECIFICANDO AS EVENTUAIS PARTES DESSE CÓDIGO DE QUE DIVERGE E AS RAZÕES DA DIVERGÊNCIA;**

Não aplicável.

**14- DECLARAÇÃO SOBRE O ACOLHIMENTO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES AO QUAL A CCAM VOLUNTARIAMENTE SE SUJEITE, ESPECIFICANDO AS EVENTUAIS PARTES DESSE CÓDIGO DE QUE DIVERGE E AS RAZÕES DA DIVERGÊNCIA**

Não aplicável.

**15- LOCAL ONDE SE ENCONTRAM DISPONÍVEIS AO PÚBLICO OS TEXTOS DOS CÓDIGOS DE GOVERNO DAS SOCIEDADES AOS QUAIS A CCAM DE MAFRA SE ENCONTRE SUJEITA NOS TERMOS DOS PONTOS ANTERIORES;**

Não obstante a CCAM de Mafra não ter acolhido nenhum código de governo das sociedades, respeita, neste contexto, alguns normativos, designadamente:

- Estatutos da CCAM de Mafra, disponíveis nas instalações da CCAM de Mafra;
- Disciplina de Mercado, disponível no sítio da internet da CCAM de Mafra;
- Código de Conduta, disponível no sítio da internet da CCAM de Mafra.

**16 - COMPOSIÇÃO E DESCRIÇÃO DO MODO DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA CCAM, BEM COMO DAS COMISSÕES QUE SEJAM CRIADAS NO SEU SEIO.**

Os órgãos sociais da CCAM de Mafra incluem:

- i) o órgão de Administração, o Conselho de Administração (compostos por um mínimo de 3 (Três) elementos), reunindo com frequência Bissemanal e emitindo ata correspondente;
- ii) os órgãos de Fiscalização, o Conselho Fiscal (composto por 3 (Três) elementos), reunindo com periodicidade mínima Trimestral e com um mínimo de doze reuniões anuais e emite atas correspondentes e o Revisor Oficial de Contas (ROC ou SROC), que efetua os trabalhos conducentes à emissão da Certificação Legal das Contas da CCAM de Mafra.

**17 - O RELATÓRIO DETALHADO SOBRE A ESTRUTURA E AS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO NÃO PODE CONTER REMISSÕES, EXCETO PARA O RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO.**

Não foram feitas quaisquer remissões.

## PROPOSTA DE DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS

Nos termos dos Estatutos da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, CRL propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício de 2013, no montante de € 340.452,55 tenha a seguinte aplicação:

<b>Reserva Legal</b>	<b>68.090,51</b>
<b>Resultados Transitados</b>	<b>28.447,23</b>
<b>Reserva Especial</b>	<b>243.914,81</b>
<b>TOTAL</b>	<b><u>340.452,55</u></b>

Após aprovação pela Assembleia Geral da proposta de aplicação do Resultado, os Capitais Próprios da Caixa Agrícola de Mafra passam a apresentar a seguinte situação:

<b>Capital</b>	<b>€</b>	<b>14.376.655,00</b>
<b>Reserva Legal</b>	<b>€</b>	<b>9.321.923,99</b>
<b>Reserva de Reavaliação</b>	<b>€</b>	<b>-165.359,93</b>
<b>Reserva Especial</b>	<b>€</b>	<b>701.035,05</b>
<b>Reserva Form. E. Cooperativa</b>	<b>€</b>	<b>3.491,59</b>
<b>Reserva para Mutualismo</b>	<b>€</b>	<b>3.491,59</b>
<b>TOTAL</b>		<b><u>24.241.237,29</u></b>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados no exercício de 2013 superaram o previsto, face à reposição de provisões.

Face à conjuntura económica, bem como à morosidade dos Tribunais na resolução dos processos em contencioso entendeu esta CCAM constituir provisões não obrigatórias para reforço das provisões para crédito vencido.

Continuámos a honrar o compromisso de uma gestão rigorosa, profissional, atenta e cuidada, garantindo em absoluto a segurança dos valores que nos foram confiados.

Mantivemos a aposta na formação e tecnologia, mantendo a dinamização da nossa atividade e do grupo profissional.

Congratulamo-nos com a recuperação havida no sector agrícola, atividade que esta CCAM sempre apoiou, conscientes do contributo importante que a agricultura tem na sociedade, sendo o nosso concelho um dos exemplos.

Reiteramos que apesar da forte concorrência nas taxas de juro passivas, estivemos atentos e apresentamos alternativas, de forma a mantermos o princípio do equilíbrio e garantindo a fidelização dos nossos associados e clientes.

Atentos à realidade do concelho, que continua a merecer-nos a atenção devida, exercemos com alguma prodigalidade o Mecenato sócio-cultural, prestando apoio continuado às iniciativas dos jovens, terceira idade e também às várias associações, contudo mantivemos uma análise profícua, de forma a mantermos a abrangência no universo de um aumento significativo de solicitações. Respondemos às mesmas de forma mais rigorosa e seletiva, definindo prioridades.

Aos associados, clientes e a todas as Entidades com que nos relacionámos, prestamos o nosso reconhecimento pela confiança que lhes merecemos, aos Órgãos Sociais desta Instituição agradecemos pela colaboração prestada e aos colaboradores realçamos o empenho e dedicação demonstrados, fatores relevantes para os resultados obtidos.

Um voto de pesar pelos associados e clientes falecidos.

Conscientes de ter honrado os compromissos assumidos, apresenta o Conselho de Administração à Assembleia Geral o presente Relatório e Contas do Exercício de 2013, solicitando a sua aprovação.

Mafra, aos 05 de Março de 2014

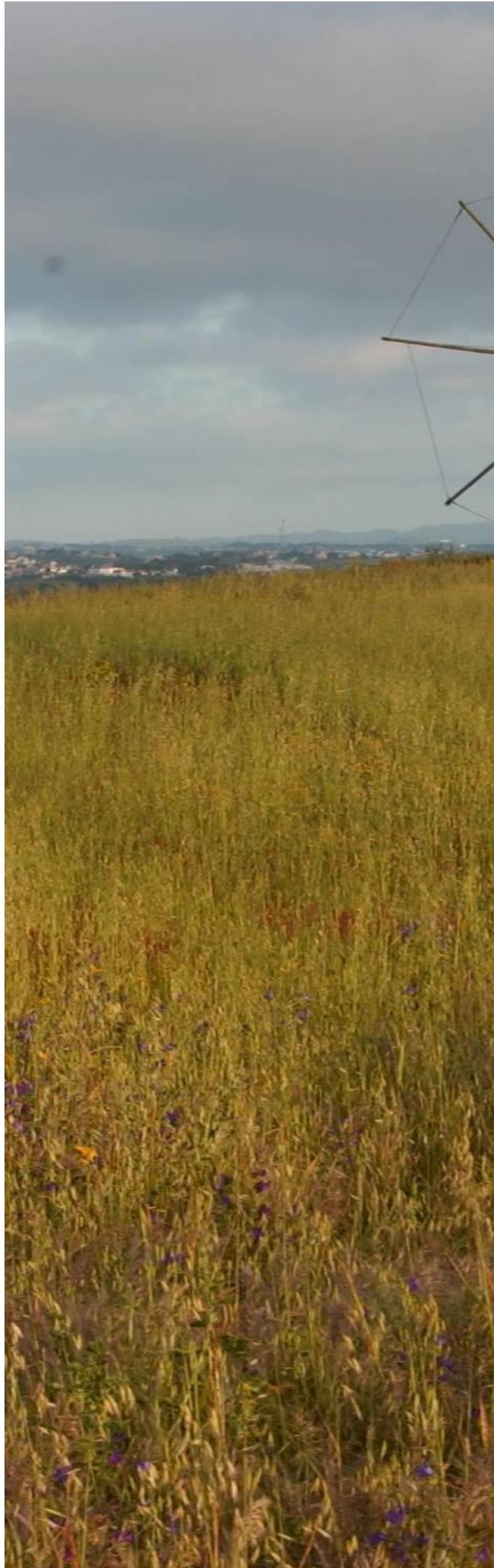
O Conselho de Administração

Eng.ª Maria Manuela Nina Jorge Vale

Adélia Maria M. Gomes R. Antunes

Eng.º David Alexandre Neves Silva Jorge







# **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**





## Balço NCA'S (Contas Individuais )

31 de Dezembro de 2013

Rubricas da Instrução 23/2004 (referencias indicativas)	Notas / Quadros Anexos	ANO			31/12/2012	
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações 1	Provisões, imparidade e amortizações 2	Valor Líquido 3 = 1-2		
<b>Ativo</b>						
10 + 3300	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	11	2 332 113,05		2 332 113,05	3 941 705,90
11+ 3301	Disponibilidades em outras instituições de crédito	12	1 063 742,14		1 063 742,14	1 259 529,55
152(1) + 1548(1) + 158(1) + 16 + 19(1) - 3713(1)	Ativos financeiros detidos para negociação					
152(1) + 1548(1) + 158(1) + 17 + 19(1) - 3713(1)	Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados					
153 + 1548(1) + 158(1) + 18 + 192 + 34888(1) - 3522(1) - 3531(1) - 53888(1) - 3713(1)	Ativos financeiros disponíveis para venda	13	31 657 266,33	4 946,39	31 652 319,94	29 504 740,40
13 + 150 + 158(1) + 159(1) + 198(1) + 3303 + 3310(1) + 34018(1) + 3408(1) - 350 - 3520 - 5210(1) - 3522(1) - 3531(1) - 5300 - 53028(1) - 3710	Aplicações em Instituições de Crédito	14	25 741 737,40		25 741 737,40	25 031 549,24
14 + 151 + 1540 + 158(1) + 190 + 3304 + 3305 + 3310(1) + 34008 + 340108 - 34880 - 3518 - 35211 - 35221 - 3531 - 370 - 3711 - 3712 - 5210(1) - 53018 - 530208 - 53880	Crédito a Clientes	15	65 057 002,38	8 485 771,55	56 571 230,83	60 532 698,12
156 + 158(1) + 159(1) + 22 + 3307 + 3310(1) + 3402 - 355 - 3524 - 3713(1) - 5210(1) - 53028(1) - 5303	Investimentos detidos até à maturidade					
155+15(1) + 159(1) + 20 + 3306 + 3310(1) + 3408(1) - 354 - 3523 - 3713(1) - 5210(1) - 5308(1)	Ativos com acordo de recompra					
21	Derivados de cobertura					
25 - 3580 - 3713(1)	Ativos não correntes detidos para venda	16	8 167 761,16	3 169 263,98	4 998 497,18	3 048 670,32
26 - 3581(1) - 360(1)	Propriedades de Investimento					
27 - 3581(1) - 360(1)	Outros ativos tangíveis	17	11 549 461,24	4 856 184,50	6 693 276,74	6 918 788,78
29 - 3582 - 3583 - 361	Ativos Intangíveis	18	230 904,76	196 132,65	34 772,11	27 660,32
24 - 357 - 3713(1)	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	19	1 250,00		1 250,00	1 250,00
300	Ativos por impostos correntes		367 041,43		367 041,43	
301	Ativos por impostos diferidos	31	2 866 855,28		2 866 855,28	3 413 970,44
12 + 157 + 158(1) + 159(1) + 198(1) + 31+32+3302+3308+3310(10) + 338 + 34018(1) + 3408(1) + 348(1) - 3584 - 3525 - 371(1) + 50(1)(2) - 5210(1) - 53028(1) - 5304 - 5308(1) + 54(1)(3)	Outros ativos	20	686 899,64		686 899,64	484 067,55
<b>TOTAL DE ATIVO</b>			<b>149 722 034,81</b>	<b>16 712 299,07</b>	<b>133 009 735,74</b>	<b>134 164 630,62</b>

(1) - Parte aplicável dos saldos destas rubricas

(2) - A Rubrica 50 deverá ser inscrita no ativo se tiver saldo devedor e no passivo se tiver saldo credor

(3) - O saldo devedor das rubricas 542 e 548 são inscritos no ativo e o saldo credor no passivo

## Balço NCA'S (Contas Individuais )

31 de Dezembro de 2013

Rubricas da Instrução 23/2004 (referências indicativas)	Notas / Quadros Anexos	ANO			31/12/2012
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações 1	Provisões, imparidade e amortizações 2	Valor Líquido 3 = 1-2	
<b>Passivo</b>					
38 - 331(1) - 3410 + 5200 + 5211(1) + 5318(1)					
43 (1)					
43 (1)					
39 - 331(1) - 3411 + 5201 + 5211(1) + 5318(1)					
40 + 41 - 331(1) - 3412 - 3413 + 5202 + 5203 + 5211(1) + 5310 + 5311	21	106 658 752,95		106 658 752,95	108 677 720,57
42 - 331(1) - 3414 + 5201 + 5211(1) + 5312					
46 - 331(1) - 3415 + 5205 + 5211(1) + 5313					
44					
45					
47	22	1 189 489,62		1 189 489,62	798 174,58
490	34				368 220,39
491	31	92 346,14		92 346,14	138 213,01
481					
48 - 481 - 331(1) - 3416 + 5206 + 5211(1) + 5314					
51 - 331(1) - 3417 - 3418 + 50(1)(2) + 5207 + 5208 + 5211(1) + 528 + 538 + 5318(1) + 54(1)(3)	23	827 909,74		827 909,74	1 150 049,73
<b>TOTAL DE PASSIVO</b>		<b>108 768 498,45</b>		<b>108 768 498,45</b>	<b>111 132 378,28</b>
<b>Capital</b>					
55	24	14 376 655,00		14 376 655,00	14 384 255,00
602					
57					
-56					
58 + 59	25	-165 359,93		-165 359,93	-1 069 939,56
60 - 602 + 61	26	9 689 489,67		9 689 489,67	9 442 764,19
64		340 452,55		340 452,55	275 172,71
-63					
<b>TOTAL DE CAPITAL</b>		<b>24 241 237,29</b>		<b>24 241 237,29</b>	<b>23 032 252,34</b>
<b>TOTAL DE PASSIVO + CAPITAL</b>		<b>133 009 735,74</b>		<b>133 009 735,74</b>	<b>134 164 630,62</b>

(1) - Parte aplicável dos saldos destas rubricas

(2) - A Rubrica 50 deverá ser inscrita no ativo se tiver saldo devedor e no passivo se tiver saldo credor

(3) - Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no ativo e os saldos credores no passivo

O Responsável pela Contabilidade

Dr.ª Ana Sofia Duarte

O Conselho de Administração

Eng.ª Maria Manuela Nina Jorge Vale

Adélia Maria M. Gomes R. Antunes

Eng.º David Alexandre Neves Silva Jorge

**Demonstração de Resultados NCA ( Contas Individuais )**  
em 31 de DEZEMBRO de 2013

Rubricas da Instrução 23/2004 (referencias indicativas)		Notas / Quadros Anexos	31/12/2013	31/12/2012
79 +80 +8120	Juros e rendimentos similares	2	5 666 487,13	6 102 015,44
66 +67 +6820	Juros e encargos similares	2	1631910,20	1989 295,66
<b>Margem Financeira</b>			<b>4 034 576,93</b>	<b>4 112 719,78</b>
82	Rendimentos de Instrumentos de capital	3	12 516,30	15 125,91
81- 8120	Rendimentos de serviços e comissões	4	1092 351,69	944 998,20
68 - 6820	Encargos com serviços e comissões	4	-485 550,01	-464 176,91
-692-693- 695(1) -696(1) -698- 69900- 69910 +832 +833 +835(1)+836(1) +838 +83900 +83910	Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados			
-694+834	Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	5	212 558,66	996 681,65
-690 +830	Resultados de reavaliação cambial	6	1045,28	2 864,66
-691- 697 -699(1)- 725- 726(1) +831 +837 +839(1) +843 (1) +844(1)	Resultados de alienação de outros ativos	7	-18 560,32	
-695(1)-696(1)-69901- 69911- 75 -720- 721-722 -723 -725 (1) -726(1) -728+ 835(1) +836(1) +83901+83911+840 +843 (1) +844(1)+848	Outros resultados de exploração	8	7 278,60	328 826,16
<b>Produto Bancário</b>			<b>4 856 217,13</b>	<b>5 937 039,45</b>
70	Custos com pessoal	9	1787 132,92	1691687,44
71	Gastos gerais administrativos	10	1363 850,02	1059 756,33
77	Amortizações do exercício	17 e 18	390 568,53	399 717,14
781+783+784+785+786+788-881-883- 884-885-886-888	Provisões líquidas de reposições e anulações	28	391315,04	-62 672,52
78000+78001+78010+78011+7820+78 21+7822-88000-88001+88010-88011- 8820-8821-8822	Correções de valor associado ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	29	-2 887 039,72	2 191484,82
760+7620+7618+7621+7622+7623+ 7624+7625+7630+7641+765+766+78 002(1)+78012(1)+7823+7828(1)-870- 8720-8718-8721+8722+8723-8724- 8726-8730-8741+875-876-88002(1)- 88012(1)-8823-8828(1)	Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações			
768+769(1)+78002(1)+78012(1)+7828(1)- 877-878-88002(1)-88012(1)- 8828(1)	Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	30	2 884 173,14	18 000,00
<b>Resultado antes de Impostos</b>			<b>926 217,20</b>	<b>639 066,24</b>
Impostos				
65	Correntes	34	334 449,14	950 104,58
74-86	Diferidos	31	251315,51	-586 211,05
<b>Resultado após Impostos</b>			<b>340 452,55</b>	<b>275 172,71</b>
-72600-7280+8480+84400	Do qual: Resultado após Impostos de operações descontinuadas			

(1) - Parte aplicável dos saldos destas rubricas

**O Responsável pela Contabilidade**Dr.<sup>a</sup> Ana Sofia Duarte**O Conselho de Administração**Eng.<sup>a</sup> Maria Manuela Nina Jorge Vale

Adélia Maria M. Gomes R. Antunes

Eng<sup>o</sup> David Alexandre Neves Silva Jorge



**Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra**  
**DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO - PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**  
(Montantes expressos em Euros)

	Capital	Prémios de emissão	Reservas de reavaliação	Outras Reservas e resultados transitados		Resultado do exercício	Total
				Outras Reservas	Resultados transitados		
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2011</b>	14 387 880	0	-6 191 567	9 284 300	-39 072	17 441 540	17 654 768
Aplicação de resultados do exercício de 2011						213 228	-
Transferência para reservas							-
Incorporação em Capital				174 156	39 072		-
Aumento de capital por entrada de novos sócios	500						500
Pedidos de exoneração	-4 125						-4 125
Reembolsos de capital							-
Reservas resultantes da valorização de activos financeiros disponíveis para venda			6 998 477				6 998 477
Reservas por Impostos Diferidos			-1 876 849				-1 876 849
Reservas para Formação e Educação Cooperativa							-
Reservas para Mutualismo							-
Reserva Especial por Gratificação por Aplicação de Resultados							-
Reserva para reforço de benefícios							-
Diferenças resultantes da alteração de políticas contabilísticas							-
Responsabilidades com pensões							-
Encargos com saúde							-
Resultado líquido de exercício de 2012					-15 692	275 173	-15 692
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2012</b>	14 384 255	0	-1 069 940	9 458 456	-15 692	22 757 080	23 032 252
Aplicação de resultados do exercício de 2012							-
Transferência para reservas							-
Incorporação em Capital				259 481	15 692		-
Aumento de capital por entrada de novos sócios							-
Pedidos de exoneração	-7 600						0
Reembolsos de capital							-7 600
Reservas resultantes da valorização de activos financeiros disponíveis para venda			1 154 512				-
Reservas por Impostos Diferidos			-249 933				1 154 512
Reservas para Formação e Educação Cooperativa							-249 933
Reservas para Mutualismo							-
Reserva Especial por Gratificação por Aplicação de Resultados							-
Reserva para reforço de benefícios							-
Diferenças resultantes da alteração de políticas contabilísticas							-
Responsabilidades com pensões							-
Encargos com saúde							-
Resultado líquido de exercício de 2013					-28 447	-28 447	-28 447
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2013</b>	14 376 655	0	-165 360	9 717 937	-28 447	23 900 785	24 241 237

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Dra. Ana Duarte

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.ª Maria Manuela Nina Jorge

Adélia Maria Mendes Gomes Rodrigues Antunes

Eng.º David Alexandre Neves da Silva Jorge

**Demonstração de Fluxos de Caixa**  
**31 de Dezembro de 2013**

	Ano 31/12/2013	Ano Anterior 31/12/2012
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Recebimentos de juros e comissões	6 758 838,82	7 047 013,64
Pagamento de Juros e Comissões	-2 117 460,21	-2 453 472,57
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	-3 133 308,94	-2 731 993,77
Contribuições para o Fundo de Pensões	-17 674,00	-19 450,00
Recebimento / (Pagamento) de imposto sobre o rendimento	-334 449,14	-950 104,58
Outros recebimentos / (Pagamentos) relativos à actividade Operacional	8 323,88	331 690,82
<b>Resultados operacionais antes das alterações nos ativos operacionais</b>	<b>1 164 270,41</b>	<b>1 223 683,54</b>
<b>(Aumentos) / Diminuições de activos operacionais</b>		
Ativos financeiros detidos para negociação e outros ativos ao Justo Valor	0,00	0,00
Ativos disponíveis para venda	1 058 888,48	4 406 624,41
Aplicações em instituições de Crédito	710 188,16	290 651,72
Crédito a clientes	-6 848 507,01	-4 096 107,92
Investimentos detidos até à maturidade	0,00	0,00
Derivados de Cobertura	0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda	4 867 540,00	614 858,71
Outros Ativos	1 089 248,68	-1 751 248,10
(...)		0,00
	<b>877 358,31</b>	<b>-535 221,18</b>
<b>(Aumentos) / Diminuições de passivos operacionais</b>		
Passivos financeiros detidos para negociação e derivados de cobertura	0,00	0,00
Recursos de outras instituições de Crédito	0,00	0,00
Recursos de clientes e outros empréstimos	-2 018 967,62	-1 412 010,69
Outros passivos	78 947,56	141 519,59
(...)	0,00	0,00
	<b>-1 940 020,06</b>	<b>-1 270 491,10</b>
<b>Caixa líquida das actividades operacionais</b>	<b>-1 653 107,96</b>	<b>488 413,62</b>
<b>Fluxos de caixa de atividades de investimento</b>		
Variação de ativos tangíveis e intangíveis	157 188,60	91 599,65
Recebimento de dividendos	-12 516,30	-15 125,91
Variação de partes de capital de empresas filiais e associadas	0,00	0,00
(...)	0,00	0,00
<b>Caixa líquida de actividades de investimento</b>	<b>144 672,30</b>	<b>76 473,74</b>
<b>Fluxos de caixa de atividades de financiamento</b>		
Aumentos de capital	0,00	500,00
Diminuição de capital	-7 600,00	-4 125,00
Pagamento de dividendos	0,00	0,00
Variação de passivos subordinados	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00
<b>Caixa líquida de actividades de financiamento</b>	<b>-7 600,00</b>	<b>-3 625,00</b>
<b>Aumento / (diminuição) de caixa e seus equivalentes</b>	<b>-1 805 380,26</b>	<b>408 314,88</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do exercício</b>	<b>5 201 235,45</b>	<b>4 792 920,57</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do exercício</b>	<b>3 395 855,19</b>	<b>5 201 235,45</b>

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Dra. Ana Duarte

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.ª Maria Manuela Nina Jorge

Adélia Maria M. Gomes Rodrigues Antunes

Eng.º David Alexandre Neves da Silva Jorge

# Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra

## DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em Euros)

	2013	2012
<b>Resultado Individual</b>	<b>340 453</b>	<b>275 173</b>
Reservas de reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda	868 691	6 998 477
Reservas por impostos diferidos	-249 933	-1 853 469
Reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda		
Impacto fiscal		
Pensões - regime transitório	-28 447	-15 692
Outros movimentos		
Total outro rendimento integral do exercício	590 311	5 129 317
<b>Rendimento integral individual</b>	<b>930 764</b>	<b>5 404 490</b>

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

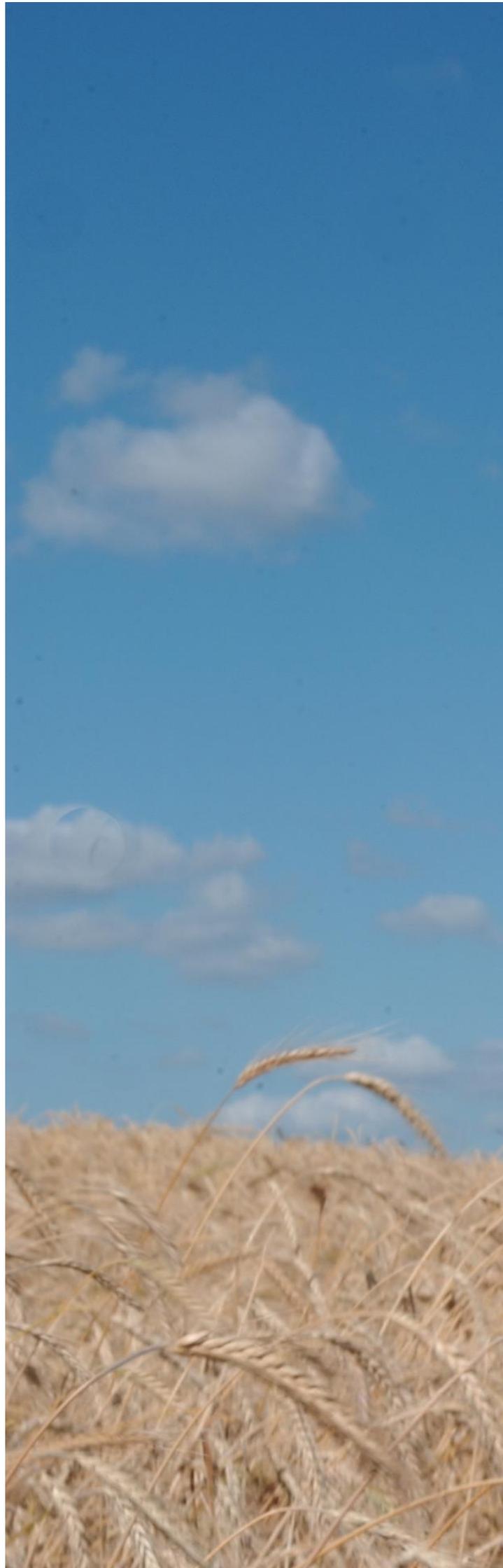
Dra. Ana Duarte

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng<sup>a</sup>. Maria Manuela Nina Jorge

Adélia Maria M. Gomes Rodrigues Antunes

Eng<sup>o</sup> David Alexandre Neves da Silva Jorge





# **ANEXO ÀS CONTAS**



**CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE MAFRA, C.R.L.**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS**

**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – NCA'S**

**NOTA INTRODUTÓRIA**

A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra (adiante designada por CCAM) foi constituída em 4 de Abril de 1957, é uma instituição de crédito sob a forma de cooperativa de responsabilidade limitada que pratica todas as operações permitidas pelo Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo (RJCAM), aprovado pelo Decreto-Lei nº 24/91, de 11 de Janeiro, e alterado por vários diplomas subsequentes, tendo também obtido autorização para a prática de operações de crédito com não associados (nos termos do nº 2 do art.º 28º do RJCAM) e para a concessão de crédito para fins não agrícolas (nos termos do nº 6 do art.º 36º-A do RJCAM), nos limites e condições previstos no Aviso nº 6/99 e na Instrução nº 31/1999, do Banco de Portugal.

Volvidos mais de 18 anos sobre a aprovação do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo e das Cooperativas de Crédito Agrícola Mútuo, e pela experiência entretanto adquirida, bem como a evolução do sistema financeiro e, em particular, das caixas de crédito agrícola mútuo, era já manifesta a necessidade de uma revisão, pelo que no decurso do exercício de 2009, entrou em vigor o Decreto-Lei nº 142/2009, de 16 de Junho.

Este Diploma visa adaptar o modelo de governação das caixas de crédito agrícola às estruturas previstas no Código das Sociedades Comerciais, sem prejuízo das competências da Assembleia Geral que caracterizam o modelo cooperativo, ao mesmo tempo que autoriza um alargamento da respetiva base de associados, e da realização de operações de crédito com não associados ou com finalidades de âmbito não agrícola.

Todos os valores dos quadros seguintes são expressos em euros.

## NOTA 1 – BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### A) Bases de Apresentação

Para períodos até 31 de Dezembro de 2005, inclusive, as demonstrações financeiras da CCAM, foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos no Plano de Contas para o Sistema Bancário (“PCSB”) e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro, as demonstrações financeiras da CCAM passaram a ser preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal, no Aviso nº1/2005, de 21 de Fevereiro.

Em consequência, para as matérias reguladas no Aviso nº1/2005 e nos Avisos que determinam o quadro mínimo de referência para a constituição de provisões, não são aplicáveis as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), sendo estas aplicáveis às restantes matérias.

As matérias reguladas no Aviso nº1/2005 são, em síntese, as seguintes:

#### A.1 - CRÉDITO A CLIENTES E VALORES A RECEBER DE OUTROS DEVEDORES

Entende-se por crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (crédito e contas a receber) os ativos financeiros correspondentes ao fornecimento de dinheiro, bens ou serviços a um devedor, abrangendo a atividade típica da concessão de crédito a clientes, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da atividade da instituição e exclui as operações com instituições de crédito.

Na valorimetria dos créditos a clientes e valores a receber de outros devedores (crédito e contas a receber), é observado o seguinte:

- a) Na data do reconhecimento inicial, os ativos financeiros são registados pelo valor nominal, não podendo, quer nessa data quer em data de reconhecimento subsequente, ser incluídos em reclassificações para as restantes categorias de ativos financeiros;
- b) A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios/descontos, é objeto de relevação contabilística autónoma nas respetivas contas de resultados;
- c) Os proveitos são reconhecidos quando obtidos e distribuídos por períodos mensais, segundo a regra *pro rata temporis*, quando se trate de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês;
- d) Sempre que aplicável as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos ativos incluídos nesta categoria são, igualmente, periodificados ao longo do período de vigência dos créditos, segundo a regra da alínea anterior;
- e) Os créditos e valores a receber de outros devedores são objeto de correção de acordo com o quadro mínimo de referência para a constituição de provisões para risco específico, conforme determina o Banco de Portugal no Aviso nº 3/95, de 30 de Junho;
- f) Para efeitos da provisão para risco específico os créditos e juros vencidos são classificados por classe de risco, classes I a XII, de 3 a 60 meses, conforme Instrução do Banco de Portugal nº 6/2005, de 21 de Fevereiro. As prestações vencidas e não cobradas relativas a um mesmo contrato são consideradas na classe de risco da que se encontra por cobrar há mais tempo;
- g) A provisão para risco específico varia até atingir 100%, sendo que esta cobertura pode ser atingida na classe V ou na classe XII, consoante a natureza do crédito e a garantia adstrita;

- h) São também provisionados os créditos de cobrança duvidosa correspondentes a prestações vencidas de uma mesma operação de crédito, nas condições do nº 4 do Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal;
- i) São ainda constituídas provisões genéricas para o total do crédito em carteira, incluindo o representado por aceites, garantias, compromissos irrevogáveis e outros instrumentos de natureza análoga, abatido do sujeito a provisões específicas. As provisões genéricas variam entre 0,5% e 1,5% dos créditos.
- j) São ainda constituídas provisões adicionais às regulamentares, para o crédito e juros vencidos das classes I a XII, de 3 a 60 meses, de acordo com a morosidade dos tribunais na resolução dos processos em contencioso, conforme detalhe da Nota 15.

#### A.2 - RESTANTES ATIVOS FINANCEIROS

No âmbito da valorização (e cálculo da imparidade) dos restantes ativos financeiros é considerado o quadro mínimo de referência estabelecido no Aviso nº 3/95 e na Instrução nº 7/2005, 28 de Fevereiro, do Banco de Portugal.

#### A.3 - ATIVOS TANGÍVEIS

Os ativos tangíveis são mantidos ao custo de aquisição, salvo quando se verificarem reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais-valias daí resultantes serão incorporadas em sub-rubrica apropriada da conta "Reservas legais de reavaliação".

#### A.4 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

É previsto o estabelecimento de um período para diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição para os critérios do IAS 19. As responsabilidades com os cuidados médicos pós-emprego e o impacto da alteração da tábua de mortalidade, serão diferidos segundo um plano de amortizações até 31 de Dezembro de 2013.

### **B) Principais políticas contabilísticas**

#### B1 - CRÉDITO A CLIENTES

O crédito a clientes (e os valores a receber de outros devedores) é registado de acordo com os critérios acima referidos nas bases de apresentação.

As comissões e outros ganhos e perdas associadas às operações de crédito, por se considerarem imateriais, são diretamente reconhecidos em resultados do exercício.

A anulação contabilística de créditos é feita por utilização das provisões para crédito vencido quando estas correspondam a 100% do valor do crédito.

#### ***Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis***

As garantias prestadas emitidas pela CCAM, são passivos eventuais uma vez que garantem o cumprimento perante terceiros das obrigações dos seus clientes no caso de estes falharem os compromissos assumidos.

Os compromissos irrevogáveis, na generalidade, são acordos contratuais de curto prazo para utilização de linhas de crédito que geralmente têm associado prazos fixos, ou outras cláusulas de expiração, e requerem o pagamento de uma comissão. Os compromissos da CCAM com linhas de crédito estão na sua maioria

condicionados à manutenção pelo cliente de determinados parâmetros, à data de utilização dessa facilidade.

As garantias prestadas e os compromissos irrevogáveis são reconhecidos pelo valor em risco, sendo as comissões ou juros associados a estas operações registados em resultados ao longo da sua vida.

## B2 - ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no Balanço na data de negociação ou contratação, salvo exceções de carácter contratual, legal ou regulamentar.

No momento inicial são reconhecidos ao justo valor acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis, com exceção dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, em que os custos de transação são de imediato reconhecidos em resultados.

### B2.1 - ATIVOS FINANCEIROS DE NEGOCIAÇÃO OU RECONHECIDOS AO JUSTO VALOR EM RESULTADOS E PASSIVOS FINANCEIROS DE NEGOCIAÇÃO

Estas rubricas incluem os ativos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

A CCAM regista nesta rubrica os títulos de rendimento fixo ou de rendimento variável transacionados em mercados ativos classificados como de negociação.

Estes ativos e passivos financeiros são avaliados ao justo valor, com os custos e proveitos associados às transações registados em resultados, os ganhos e perdas resultantes das alterações do justo valor são reconhecidos em resultados.

Os juros corridos e não cobrados das obrigações e outros títulos de rendimento fixo são reconhecidos no valor de Balanço.

### B2.2 - ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica inclui os ativos financeiros não derivados que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou ativos financeiros pelo justo valor através da conta de resultados (i.e. instrumentos financeiros de negociação).

A CCAM regista nesta rubrica os títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação ou de crédito e os títulos de rendimento variável disponíveis para venda.

Os ativos classificados como disponíveis para venda são avaliados ao justo valor, os respetivos ganhos e perdas são reconhecidos diretamente nos capitais próprios na rubrica “reservas de reavaliação de justo valor” (exceto no caso de perdas de imparidade) até que o ativo seja vendido. Nesse momento o ganho ou perda anteriormente reconhecida no capital próprio é revertido para resultados.

Os juros corridos de obrigações e de outros títulos de rendimento fixo e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

## B3 - ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Os ativos não correntes detidos para venda são aqui classificados quando se prevê que o seu valor de Balanço seja recuperado através de alienação. A sua valorização deve ser efetuada ao menor dos valores entre o custo de aquisição e o valor de avaliação periódica; caso exista uma perda por imparidade, na avaliação inicial ou subsequente esta deve ser registada em resultados. As mais-valias potenciais não são reconhecidas no Balanço. Estes ativos não são objeto de qualquer amortização.

Esta rubrica inclui imóveis, equipamento e outros bens recebidos em dação em cumprimento que passaram à posse da CCAM para regularização de crédito concedido.

**B4 - ATIVOS TANGÍVEIS**

Os ativos tangíveis são registados ao custo de aquisição e a respetiva depreciação é calculada segundo o método das quotas constantes, por duodécimos, aplicado ao custo histórico, às taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, de acordo com os seguintes períodos, que se considera não diferirem substancialmente da vida útil estimada dos bens:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis	50
Beneficiações em imóveis arrendados	10
Equipamento informático e de escritório	4 a 10
Mobiliário e instalações interiores	6 a 12
Viaturas	4

As Beneficiações em edifícios arrendados são amortizadas em 10 anos, dado ser este o período que se considera refletir de forma mais aproximada a vida útil desses investimentos.

**B5 - ATIVOS INTANGÍVEIS**

Os ativos intangíveis são compostos, essencialmente, por aquisição de software (sistemas de tratamento automático de dados) e outros ativos intangíveis, cujo impacto se repercute para além do exercício em que são gerados. Estes ativos são amortizados no período de 3 anos pelo método das quotas constantes, por duodécimos, de acordo com o critério fiscal aplicável.

**B6 - OUTROS ATIVOS**

Esta rubrica inclui todos os ativos não enquadrados em outras rubricas, não existindo uma valorimetria específica; é observado o princípio definido na Instrução nº 7/2005 de que os ativos não financeiros estão em imparidade quando a sua quantia escriturada excede a quantia recuperável.

**B7 - DEPÓSITOS E OUTROS RECURSOS**

Os depósitos e recursos financeiros de clientes e instituições de crédito estão valorizados ao valor nominal, acrescido dos juros com base no método de taxa de juro efetiva.

A taxa de juro efetiva resulta do desconto dos pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do passivo financeiro para o valor líquido atual de Balanço. O cálculo inclui as comissões consideradas como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios ou descontos diretamente relacionados com a transação.

As comissões e outros ganhos e perdas associadas aos depósitos e outros recursos, por se considerarem imateriais, são diretamente reconhecidas em resultados do exercício.

**B8 - PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS**

Esta rubrica inclui as provisões constituídas para fazer face a outros riscos específicos, nomeadamente, processos judiciais e outras perdas expectáveis decorrentes da atividade. O seu reconhecimento efetua-se sempre que exista uma obrigação presente, legal ou construtiva, seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

**B9- IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS**

O encargo do exercício com impostos sobre os lucros, para a CCAM, é calculado tendo em consideração o disposto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e os incentivos e benefícios fiscais aplicáveis à Instituição.

No exercício atual a CCAM foi tributada em base individual à taxa geral 25%.

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no Balanço e a sua base tributável.

Os prejuízos fiscais reportáveis e os créditos fiscais são também registados como impostos diferidos ativos.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos até ao montante em que seja expectável existirem lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis.

As Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da CCAM durante um período de quatro anos, podendo por isso resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios ainda suscetíveis de revisão; no entanto, a CCAM entende que eventuais correções não terão efeito significativo face às Demonstrações Financeiras apresentadas.

## B10- RESPONSABILIDADE COM PENSÕES E OUTROS BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

### B10.1 – FUNDO DE PENSÕES

Face às responsabilidades assumidas para com os seus funcionários, a CCAM aderiu ao *Fundo de Pensões do Crédito Agrícola Mútuo* que se destina a financiar os complementos de pensões de reforma por velhice ou invalidez e pensões de viuvez e orfandade efectuadas pela Segurança Social, relativamente à totalidade do seu pessoal abrangido pelo Acordo Coletivo de Trabalho Vertical das *Instituições de Crédito Agrícola Mútuo (ACTV)*, sendo esses complementos calculados, por referência ao ACTV, de acordo com:

- (i) a pensão garantida à idade presumível de reforma;
- (ii) com o coeficiente entre o número de anos de serviço prestados até à data do cálculo;
- (iii) o número total de anos de serviço à data de reforma.

A insuficiência ou excesso de dotação do Fundo de Pensões face às responsabilidades assumidas para com os funcionários da CCAM, encontra-se, consoante a respetiva natureza, registado em Outros Passivos ou em Outros Ativos.

Na sequência da adoção das normas internacionais de Contabilidade, nomeadamente passando o IAS 19 a regular os aspetos contabilístico, relativos ao reconhecimento das responsabilidades com pensões de reforma e de sobrevivência, os pressupostos atuariais, no que se refere à tábua de mortalidade e taxa de desconto, foram alterados.

O acréscimo de responsabilidades decorrentes da alteração da tábua de mortalidade bem como as responsabilidades com o SAMS decorrentes da introdução da IAS 19, podem ser reconhecidos através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes anuais até 31 de Dezembro de 2013.

### B10.2 – PRÉMIOS DE ANTIGUIDADE

No termos do ACTV a CCAM assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados no ativo que completem os quinze, vinte e cinco e trinta anos de serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, respetivamente, a um, dois e três meses de remuneração mensal no ano de atribuição.

A CCAM apresenta no seu balanço as responsabilidades máximas relativas aos prémios de antiguidade estimadas, tendo por base o histórico de permanência do seu quadro de pessoal, que a 31 de Dezembro de 2013 ascendiam ao montante de € 158 692 (€ 174 629 em 2012 e €175.603 em 2011)

De acordo com a Carta Circular nº 12/06/DSBDR de 20 de Janeiro de 2006 a CCAM reconheceu o acréscimo no exercício daquelas responsabilidades.

**B11 – CAPITAL**

Nos termos do art. 14º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo (RJCAM) o Capital Social das CCAM é variável, não podendo ser inferior a um mínimo fixado por portaria do Ministério das Finanças (i.e. € 7.500.000 para CCAM fora do SICAM). Está previsto ainda um capital mínimo (i.e. até 1998.12.31 € 249, após 1998.12.31 € 498, após 16.06.2009 € 500) a subscrever em títulos de capital por cada associado.

O capital pode ser reduzido por amortização dos títulos de capital nos termos do artº 17º do RJCAM e restantes condições estatutárias.

**B12 - FUNDO DE GARANTIA DE DEPÓSITOS**

Na sequência da exoneração do *Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM)* a CCAM aderiu ao *Fundo de Garantia de Depósitos*. Este foi constituído em Novembro de 1994 com o objetivo de garantir o reembolso de depósitos constituídos nas instituições de crédito aderentes.

A CCAM suportou em 2004 uma contribuição inicial de € 50.000, reconhecida como custo do exercício, anualmente é devida uma contribuição para aquele fundo.

O limite do compromisso irrevogável de pagamento (montante “até ao qual as instituições de crédito participantes podem substituir o pagamento da referida contribuição pelo compromisso irrevogável de o efetuarem em qualquer momento em que o Fundo o solicite, no todo ou em parte”) a aplicar naquela contribuição anual foi fixado em 10% para o exercício de 2013 (10% de 2008 a 2012, 15% em 2007 e 2006).

Em 2013, a taxa contributiva de base aplicável foi de 0,03%, a taxa efetiva aplicável a CCAM foi de 0,024% tendo a respetiva contribuição sido de € 25.358, conforme indicado no quadro seguinte:

Anos	Limite Compromisso Irrevogável	Taxa Contributiva	Taxa Efectiva da CCAM	Contribuição da CCAM	Compromisso Irrevogável
2006	15%	0,03%	0,024%	24 398,00 €	- €
2007	15%	0,03%	0,024%	26 766,00 €	- €
2008	10%	0,03%	0,024%	27 562,00 €	2 756,00 €
2009	10%	0,03%	0,024%	27 572,00 €	2 757,00 €
2010	10%	0,03%	0,024%	28 430,00 €	2 843,00 €
2011	10%	0,03%	0,024%	28 823,98 €	-
2012	10%	0,03%	0,024%	26 697,67 €	
2013	10%	0,03%	0,024%	25 358,16 €	

Em 31 de Dezembro de 2013, para garantir o eventual pagamento destas responsabilidades, a CCAM tinha dado em penhor as seguintes Obrigações do Tesouro:

Valor do Contrato de Compromisso	Código do Título no Mercado (ISIN)	Descrição	Nº Títulos	Data Vencimento	Justo Valor / Valor Balanço	Identificação do Mercado	Juros Decorridos	Valor Total
2 757,00 €	PTOTEMOE0027	OT Junho 2019	3 500	14/jun/19	3 392,55 €	MTS	91,11 €	3 483,66 €
28 152,44 €	PTOTEYOE0007	OT Abril 2021	105 500	15/abr/21	93 341,13 €	MTS	2 934,44 €	96 275,57 €
2 843,00 €	PTOTEYOE0007	OT Abril 2021	5 000	15/abr/21	4 423,75 €	MTS	95,98 €	4 519,73 €
2 756,00 €	PTOTE5OE0007	OT Abril 2037	3 500	15/abr/37	2 547,13 €	MTS	102,22 €	2 649,35 €
<b>TOTAL</b>								<b>106 928,31</b>

#### B12 A) - FUNDO DE RESOLUÇÃO

O Fundo de Resolução foi criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro, que veio introduzir um regime de resolução no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro.

As medidas previstas no novo regime visam, consoante os casos, recuperar ou preparar a liquidação ordenada de instituições de crédito e determinadas empresas de investimento em situação de dificuldade financeira, e contemplam três fases de intervenção pelo Banco de Portugal, designadamente as fases de intervenção corretiva, administração provisória e resolução. Neste contexto, a principal missão do Fundo de Resolução consiste em prestar apoio financeiro à aplicação de medidas de resolução adotadas pelo Banco de Portugal.

A CCAM suportou em 2013 uma contribuição inicial de € 5.000, reconhecida como custo do exercício, e o montante de € 1.381 relativo à contribuição anual para aquele fundo.

#### B13 - ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

A CCAM segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, nomeadamente no que se refere ao reconhecimento contabilístico dos juros das operações activas e passivas que são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou cobrança.

#### B14 – OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

A compra e a venda de notas e moedas estrangeiras são convertidas para euros com base no câmbio médio à vista de referência à data de 31 de Dezembro de 2013 divulgados pelo Banco Central Europeu e pelo *Banco de Portugal*. As restantes operações em moeda estrangeira, são realizadas por uma instituição bancária em regime de comissão (prestação de serviços).

#### B15 – PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS FILIAIS E ASSOCIADAS

As participações financeiras podem ser consideradas empresas filiais, sempre que a CCAM detém o controlo ou o poder para o controlo da gestão da entidade, ou empresas associadas, aquelas em que a CCAM exerce direta ou indiretamente uma influência significativa sobre a sua gestão mas não detém o controlo da empresa. Presume-se que existe influência significativa quando a participação no capital é superior a 20%.

**NOTA 2 – MARGEM FINANCEIRA**

O valor desta rubrica é composto por:

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Juros e Rendimentos Similares</b>		
Juros de disponibilidades em Bancos Centrais	5 685,93	10 000,44
Juros de disponibilidades e aplicações em Outras Instituições Crédito	958 770,48	1 145 117,15
Juros de Crédito a Clientes	3 227 362,34	3 529 177,30
Juros de Ativos Financeiros disponíveis para Venda	1 374 775,49	1 310 490,61
Outros Juros e Rendimentos Similares	24 894,52	27 238,53
Comissões de operações de Crédito	74 998,37	79 991,41
	<b>5 666 487,13</b>	<b>6 102 015,44</b>
<b>Juros e Encargos Similares</b>		
Juros de Recursos de Outras Instituições de Crédito	26,79	89,10
Juros de Recursos de Clientes	1 631 883,41	1 989 206,56
	<b>1 631 910,20</b>	<b>1 989 295,66</b>
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>	<b>4 034 576,93</b>	<b>4 112 719,78</b>

**NOTA 3 – RENDIMENTO DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL**

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	12 516,30	15 125,91
	<b>12 516,30</b>	<b>15 125,91</b>

**NOTA 4 – RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES**

O valor desta rubrica é composto por:

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Rendimentos de Serviços e Comissões</b>		
Por serviços prestados	551 070,10	418 743,54
Outros Proveitos de Serviços e Comissões	541 281,59	526 254,66
	<b>1 092 351,69</b>	<b>944 998,20</b>
<b>Encargos com Serviços e Comissões</b>		
Por serviços bancários prestados por terceiros	299 160,77	313 455,63
Por operações realizadas por terceiros	171 123,24	150 721,28
Outras Comissões Pagas	15 266,00	
	<b>(485 550,01)</b>	<b>(464 176,91)</b>
<b>Total Ganhos/Perdas em Serviços e Comissões</b>	<b>606 801,68</b>	<b>480 821,29</b>

**NOTA 5 – RESULTADOS DE ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA**

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013			31/12/2012		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
<b>Instrumentos de Dívida</b>						
De Dívida Pública						
Títulos de Dívida Pública	215 264,90	2 706,24	212 558,66	2 038 907,62	1 042 225,97	996 681,65
			<b>212 558,66</b>			<b>996 681,65</b>

**NOTA 6 – RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL**

O valor desta rubrica é composto por:

	31/12/2013			31/12/2012		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Reavaliação Cambial	2 017,05	971,77	1 045,28	3 156,01	291,35	2 864,66
			<b>1 045,28</b>			<b>2 864,66</b>

**NOTA 7 – RESULTADO DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS**

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Resultado de Alienação de Outros Activos</b>		
Ativos Não Correntes Detidos para Venda	-33 540,00	-
Outros Ativos Tangíveis	14 979,68	-
	<b>-18 560,32</b>	<b>0,00</b>

**NOTA 8 – OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO**

O valor desta rubrica é composto por:

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Outros Proveitos Operacionais</b>		
Outros Ganhos e Rendimentos Operacionais	309 160,82	619 003,06
	<b>309 160,82</b>	<b>619 003,06</b>
<b>Outros Custos Operacionais</b>		
Impostos Directos e Indirectos	13 715,37	28 306,45
Quotizações e Donativos	53 641,77	54 313,70
Contribuições para o FGD	31 738,69	26 697,97
Outros Encargos e Gastos Operacionais	202 786,39	180 858,78
	<b>301 882,22</b>	<b>290 176,90</b>
	<b>7 278,60</b>	<b>328 826,16</b>

**NOTA 9 – CUSTOS COM O PESSOAL**

O valor desta rubrica é composto por:

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Vencimentos e Salários</b>		
Remuneração Órgãos de Gestão e Fiscalização	245 476,00	187 865,08
Remuneração Empregados	1 152 813,02	1 154 532,42
<b>Encargos Sociais Obrigatórios</b>		
Segurança Social	289 456,21	248 405,48
SAMS	60 350,96	58 504,36
Fundo Pensões	17 674,00	19 450,00
Outros Encargos Obrigatórios	18 491,73	21 713,60
<b>Outros Custos com o Pessoal</b>		
Outros Encargos	2 871,00	1 216,50
	<b>1 787 132,92</b>	<b>1 691 687,44</b>

**NOTA 10 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS**

O valor desta rubrica é composto por:

	31/12/2013	31/12/2012
Água, Energia e Combustíveis	98 644,90	92 928,30
Material de Consumo Corrente	62 659,31	57 787,13
Publicações	2 683,09	970,77
Material de Higiene e Limpeza	3 709,66	3 465,85
Outros Fornecimentos de Terceiros	10 779,15	10 335,33
Rendas e Alugueres	25 521,15	6 799,24
Comunicações	129 705,32	123 385,39
Deslocações Estadas e Representação	26 075,26	28 357,72
Publicidade e Edição de Publicações	64 562,58	44 130,36
Conservação e Reparação	93 147,32	65 518,89
Transportes	11 862,39	14 663,54
Formação Pessoal	6 194,30	3 405,68
Seguros	38 086,47	35 554,43
Serviços Especializados		
Avenças e Honorários	15 467,35	18 770,11
Judiciais Contencioso e Notariado	192 644,63	47 695,65
Informática	94 092,06	94 583,11
Segurança e Vigilância	15 849,84	1 118,20
Limpeza	26 837,01	20 709,28
Banco de Dados	4 098,05	4 837,90
Mão de Obra Eventual	626,85	3 185,20
Outros Serviços Especializados	378 588,59	332 866,46
Outros Serviços de Terceiros	62 014,74	48 687,79
	<b>1 363 850,02</b>	<b>1 059 756,33</b>

**NOTA 11 – CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS**

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Caixa</b>	1 286 557,90	1 548 561,70
<b>Depósitos à Ordem em Bancos Centrais</b>		
Banco de Portugal	1 045 555,15	2 393 144,20
	<b>2 332 113,05</b>	<b>3 941 705,90</b>

A rubrica Depósitos à Ordem em Bancos Centrais – Banco de Portugal inclui depósitos de carácter obrigatório, que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa.

**NOTA 12 – DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO**

O valor desta rubrica é composto por:

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Disponibilidade em Outras Instituições de Crédito no País</b>		
Depósitos à ordem	1 063 742,14	1 259 529,55
	<b>1 063 742,14</b>	<b>1 259 529,55</b>

**NOTA 13 – ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA**

Esta rubrica inclui os ativos financeiros disponíveis para venda da CCAM de Mafra, que são registados ao justo valor e incluem Obrigações do Tesouro representando cerca de 9 % da carteira com vencimento no 2º Trimestre de 2014 os restantes 91 % da carteira, com diversos prazos de vencimento, conforme quadro de maturidades.

Maturidade da Carteira	31/12/2013		31/12/2012	
	Montante	% Carteira	Montante	% Carteira
Até 1 Ano	2 848 805,52	9,37%	2 313 224,45	8,19%
1 Ano a 2 Anos	0,00	0,00%	4 933 930,44	17,47%
2 Anos a 5 Anos	2 628 251,49	8,65%	3 155 562,67	11,17%
Mais de 5 Anos	24 914 421,22	81,98%	17 841 181,14	63,17%
<b>Total</b>	<b>30 391 478,23</b>		<b>28 243 898,70</b>	

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

31/12/2013							
	Ao Custo Histórico	Valor Mercado	Juros corridos	Reserva de Justo Valor		Imparidade	Valor Balanço
				Positiva	Negativa		
<b>Instrumentos de Dívida</b>							
De Dívida Pública							
Títulos de Dívida Pública		29 704 625,17	686 853,06	264 102,58	(1 419 714,45)		30 391 478,23
<b>Instrumentos de Capital</b>							
Participações Financeiras							
Ações	25 095,84					4 946,39	20 149,45
Outras	1 240 692,26						1 240 692,26
	<b>1 265 788,10</b>	<b>29 704 625,17</b>	<b>686 853,06</b>	<b>264 102,58</b>	<b>(1 419 714,45)</b>	<b>4 946,39</b>	<b>31 652 319,94</b>

31/12/2012							
	Ao Custo Histórico	Valor Mercado	Juros corridos	Reserva de Justo Valor		Imparidade	Valor Balanço
				Positiva	Negativa		
<b>Instrumentos de Dívida</b>							
De Dívida Pública							
Títulos de Dívida Pública		27 607 908,78	635 989,91	404 488,23	(2 428 791,28)		28 243 898,69
<b>Instrumentos de Capital</b>							
Participações Financeiras							
Ações	25 095,84					4 946,39	20 149,45
Outras	1 240 692,26						1 240 692,26
	<b>1 265 788,10</b>	<b>27 607 908,78</b>	<b>635 989,91</b>	<b>404 488,23</b>	<b>(2 428 791,28)</b>	<b>4 946,39</b>	<b>29 504 740,40</b>

#### NOTA 14 – APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O valor desta rubrica é composto por:

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Aplicações em Instituições de Crédito no País</b>		
Depósitos	25 118 399,00	24 229 713,00
<b>Juros e Rendimentos Similares</b>		
Juros de Aplicações em Instituições de Crédito	623 338,40	801 836,24
	<b>25 741 737,40</b>	<b>25 031 549,24</b>

**NOTA 15 – CRÉDITO A CLIENTES**

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Credito Interno + Juros</b>		
<b>Empresas e Administrações Publicas</b>		
Desconto e Outros Creditos Titulados Por Efeitos	104 324,86	229 747,73
Empréstimos	11 748 396,66	12 776 531,52
Creditos em Conta Corrente	3 252 339,27	3 348 984,07
Descobertos em Depositos a Ordem	28 033,73	60 752,93
<b>Particulares</b>		
Habitacao	23 684 077,61	23 661 098,11
Consumo	768 886,18	815 121,09
Outras Finalidades		
Desconto e Outros Creditos Titulados Por Efeito	57 544,00	41 868,96
Empréstimos	14 646 977,08	14 864 803,25
Creditos em Conta Corrente	2 094 179,05	2 447 669,41
Descobertos em Depositos a Ordem	49 361,61	66 497,10
	<b>56 434 120,05</b>	<b>58 313 074,17</b>
<b>Credito e Juros Vencidos</b>		
<b>Empresas e Administrações Publicas</b>		
Empréstimos	3 011 006,39	7 002 756,01
<b>Particulares</b>		
Habitacao	1 611 133,98	2 048 193,39
Consumo	75 537,89	59 582,60
Outras Finalidades		
Empréstimos	3 890 432,25	4 406 223,37
<b>Juros Vencidos</b>	<b>34 771,82</b>	<b>75 679,85</b>
	<b>8 622 882,33</b>	<b>13 592 435,22</b>
	<b>65 057 002,38</b>	<b>71 905 509,39</b>
<b>Provisões Acumuladas</b>		
Para Crédito de Cobrança Duvidosa	(117,34)	(814,61)
Para Crédito Vencido	(8 485 654,21)	(11 371 996,66)
	<b>8 485 771,55</b>	<b>11 372 811,27</b>
	<b>56 571 230,83</b>	<b>60 532 698,12</b>

Os montantes de Crédito e Juros vencidos assim como as respectivas provisões acumuladas são os referidos nos seguintes mapas:

31/12/2013						
GARANTIAS	Sem garantia	Garantia Pessoal	Habitacão Gar. Real Hipot < 75 % gar.	Habitacão Gar Real Hipot => 75 % gar	Hipotecas para Outros Fins	TOTAIS
<b>Crédito e Juros Vencidos</b>						
Créditos Elegíveis	813 230	704 652	38 334	2 577 598	4 489 069	<b>8 622 882</b>
<b>Provisões</b>						
Provisão Regulamentar 1) (a)	(747 367)	(460 833)	(23 999)	(1 738 773)	(2 989 101)	<b>(5 960 073)</b>
Provisão Não Regulamentar (*) (b)	(61 957)	(234 344)	(13 893)	(794 353)	(1 421 034)	<b>(2 525 581)</b>
<b>Provisão Existente (a+b)</b>	<b>(809 324)</b>	<b>(695 177)</b>	<b>(37 892)</b>	<b>(2 533 125)</b>	<b>(4 410 135)</b>	<b>(8 485 654)</b>
<b>Valor Crédito Vencido Líquido</b>	<b>3 906</b>	<b>9 475</b>	<b>442</b>	<b>44 472</b>	<b>78 933</b>	<b>137 228</b>

31/12/2012

GARANTIAS	Sem garantia	Garantia Pessoal	Habitação Gar. Real Hipot < 75 % gar.	Habitação Gar. Real Hipot => 75 % gar	Hipotecas para Outros Fins	TOTAIS
<b>Crédito e Juros Vencidos</b>						
Créditos Elegíveis	708 367	447 755	40 038	3 138 783	9 257 493	13 592 435
<b>Provisões</b>						
Provisão Regulamentar 1) (a)	(657 231)	(294 857)	(14 535)	(1 791 276)	(6 641 324)	(9 399 224)
Provisão Não Regulamentar (*) (b)	(50 969)	(131 887)	(14 753)	(593 327)	(1 181 837)	(1 972 773)
<b>Provisão Existente (a+b)</b>	<b>(708 200)</b>	<b>(426 744)</b>	<b>(29 288)</b>	<b>(2 384 604)</b>	<b>(7 823 161)</b>	<b>(11 371 997)</b>
<b>Valor Crédito Vencido Líquido</b>	<b>167</b>	<b>21 010</b>	<b>10 750</b>	<b>754 179</b>	<b>1 434 331</b>	<b>2 220 438</b>

- 1) – Provisões Regulamentares de acordo com o n.º 3 do Aviso 3/95 do Banco de Portugal, sendo os crédito enquadrados nas classes de risco em função do período decorrido após o respectivo vencimento.
- (\*) - Foram constituídas provisões adicionais às regulamentares, para o crédito e juros vencidos das classes I a XII, de 3 a 60 meses, de acordo com a morosidade dos tribunais na resolução dos processos em contencioso.

Os movimentos ocorridos nas provisões para crédito e juros vencidos foram os seguintes:

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Saldo Inicial</b>	<b>11 372 811,27</b>	<b>9 181 326,45</b>
Dotações	4 636 446,81	5 009 620,18
Utilizações	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00
Reversões	7 523 486,53	2 818 135,36
<b>Saldo Final</b>	<b>8 485 771,55</b>	<b>11 372 811,27</b>

## NOTA 16 – ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Ativos Não Correntes Detidos para Venda</b>		
Imóveis	8 097 592,18	3 263 592,18
Outros Ativos Tangíveis	70 168,98	70 168,98
<b>Provisões para Imparidade - Ativos Não Financeiros</b>		
Imóveis	(3.099.095,00)	(214 921,86)
Outros Ativos Tangíveis	(70 168,98)	(70 168,98)
	<b>4 998 497,18</b>	<b>3 048 670,32</b>

Foram constituídas provisões para imparidade em 2013 com base na Carta Circular n.º 11/2013/DSP do Banco de Portugal, com referência aos "haircuts" indicados. Para além destas provisões e para alguns casos particulares, foram constituídas provisões adicionais com base em novos estudos de avaliação desses imóveis, conforme Nota 30.

O movimento ocorrido nas provisões desta rubrica:

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Saldo Inicial</b>	<b>285 090,84</b>	<b>267 090,84</b>
Dotações	2 906 773,14	18 000,00
Utilizações	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00
Reversões	22 600,00	0,00
<b>Saldo Final</b>	<b>3 169 263,98</b>	<b>285 090,84</b>

## NOTA 17 – OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Imóveis</b>		
De Serviço Próprio	8 655 272,73	8 655 272,73
<b>Equipamento</b>		
Mobiliário e Material	340 780,83	330 260,39
Maquinas e Ferramentas	433 711,97	431 623,90
Equipamento Informático	1 165 544,93	1 058 633,15
Instalações Interiores	252 095,31	252 095,31
Material Transporte	230 185,07	343 738,47
Equipamento Segurança	366 980,99	366 980,99
Outro Equipamento	90 861,46	90 861,46
<b>Outros Ativos Tangíveis em Curso</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Outros Ativos Tangíveis</b>		
Diversos	11 222,95	11 222,95
Património Artístico	2 805,00	2 155,00
	<b>11 549 461,24</b>	<b>11 542 844,35</b>

O movimento desta rubrica foi o seguinte:

	Imóveis	Equipamento	Ativos Tangíveis em Curso	Outros Ativos Tangíveis	Total
<b>Saldo Líquido a 31-Dez-2012</b>	<b>6 566 850,77</b>	<b>338 560,06</b>	<b>0,00</b>	<b>13 377,95</b>	<b>6 918 788,78</b>
Compras		152 620,54		650,00	153 270,54
Abates / Vendas		6 514,06			6 514,06
Amortizações do Exercício	197 600,01	174 668,51			372 268,52
Transferências					0,00
<b>Saldo Líquido a 31-Dez-2013</b>	<b>6 369 250,76</b>	<b>309 998,03</b>	<b>0,00</b>	<b>14 027,95</b>	<b>6 693 276,74</b>

**NOTA 18 – ATIVOS INTANGÍVEIS**

Esta rubrica decompõe-se como segue:

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Outros Ativos Intangíveis</b>		
Sistema de Tratamento Automático de Dados	224 139,76	198 727,96
Outros Ativos Intangíveis	6 765,00	6 765,00
	<b>230 904,76</b>	<b>205 492,96</b>

O movimento desta rubrica foi o seguinte:

	Sistema de Tratamento Automático de Dados	Outros Ativos Intangíveis	Total
<b>Saldo Líquido a 31-Dez-2012</b>	<b>27.660,32</b>	<b>6.765,00</b>	<b>27.660,32</b>
Compras	25.411,80		25.411,80
Abates / Vendas			
Amortizações do Exercício	14.241,01	4.059,00	18.300,01
Transferências			
<b>Saldo Líquido a 31-Dez-2013</b>	<b>38.831,11</b>	<b>2.706,00</b>	<b>34.772,11</b>

**NOTA 19 – INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS**

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
Investimentos em Empreendimentos conjuntos		
Agrimutuo - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mutuo, F.C.R.L	1 250,00	1 250,00
<b>Saldo Líquido</b>	<b>1 250,00</b>	<b>1 250,00</b>

**NOTA 20 – OUTROS ATIVOS**

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Devedores e Outras Aplicações</b>		
Outros Devedores Diversos	266 380,43	173 134,69
<b>Outros Activos</b>		
Ouro Metais Preciosos, Numismática e Moeda	107 763,70	98 402,94
<b>Despesas com Encargos Diferidos</b>		
Outras Despesas com Encargo Diferido	120 878,90	160 584,92
<b>Outras Contas de Regularização</b>		
Outras Contas de Regularização	78 706,61	51 945,00
<b>Responsabilidades com pensões e Out. Benefícios</b>		
Responsabilidades Totais	113 170,00	-
	<b>686 899,64</b>	<b>484 067,55</b>

**NOTA 21 – RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS**

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Depósitos de Residentes</b>		
Do Sector Publico Administrativo		
Depósitos à Ordem	192 427,89	527 250,45
Depósitos a Prazo	395 961,31	303 689,37
De Emigrantes		
Depósitos à Ordem	3 571,68	1 270,67
Depósitos a Prazo	0,00	0,00
Depósitos de Poupança	1 050,09	2 538,56
De Outros Residentes		
Depósitos à Ordem	23 735 410,77	24 296 192,35
Depósitos a Prazo	70 665 045,06	71 570 461,63
Depósitos de Poupança		
Poupança Reformado	9 158 444,59	9 333 097,79
Poupança Outros	2 486 454,01	2 638 081,62
<b>Outros Recursos de Clientes</b>		
Cheques e Ordens a Pagar	20 387,55	5 138,13
	<b>106 658 752,95</b>	<b>108 677 720,57</b>

Esta rubrica inclui os saldos dos recursos de clientes e os respetivos juros mensuralizados até à data.

**NOTA 22 – PROVISÕES**

O valor desta rubrica é composto por:

	Provisão para Riscos Gerais de Crédito <sup>1)</sup>	Outras Provisões	TOTAL Provisões
<b>Saldo Inicial a 1-Jan-2012</b>	<b>860 847,10</b>	<b>0,00</b>	<b>860 847,10</b>
Dotações	1 041,41	0,00	1 041,41
Utilizações	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00
Reversões	63 713,93	0,00	63 713,93
<b>Saldo a 31-Dez-2012</b>	<b>798 174,58</b>	<b>0,00</b>	<b>798 174,58</b>
Dotações	46 130,44	580 000,00	626 130,44
Utilizações	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00
Reversões	234 815,40	0,00	234 815,40
<b>Saldo a 31-Dez-2013</b>	<b>609 489,62</b>	<b>580 000,00</b>	<b>1 189 489,62</b>

1) – Provisões Regulamentares de acordo com o ponto 7º, nº 3 do Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal. Estas provisões para riscos gerais de crédito correspondem a 1% sobre o total do crédito concedido pela instituição, incluindo o representado por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza análoga, sendo que para as operações de crédito ao consumo, as provisões constituídas correspondem a 1,5% dos respetivos valores. Para as operações de crédito garantidas por hipoteca sobre imóvel ou de operações de locação financeira imobiliária, quando o imóvel se destina a habitação do mutuário, foram constituídas provisões correspondentes a 0,5 % dos respetivos valores.

**NOTA 23 – OUTROS PASSIVOS**

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Credores e Outros Recursos</b>		
Sector Publico Administrativo	156 470,66	114 273,28
Cobrança por Conta de Terceiros	4 261,07	3 606,51
Contribuições para Outros Sistemas Saude	5 476,30	5 305,78
Credores Diversos	117 595,80	158 395,46
<b>Receitas Com Rendimento Diferidos</b>		
Proveitos Diferidos	2 441,92	2 596,78
<b>Encargos a Pagar</b>		
Outros Encargos a Pagar	430 707,19	428 483,03
<b>Outras Contas de Regularização</b>		
Outras Contas de Regularização	110 956,80	262 910,89
<b>Responsabilidades com Pensões e outros Benefícios</b>		
Responsabilidades Totais	-	174 478,00
	<b>827 909,74</b>	<b>1 150 049,73</b>

**NOTA 24 – CAPITAL**

Esta rubrica apresenta a seguinte variação:

	Incorporação de reservas	Emissão de títulos de capital	Total
<b>Saldo em 31-Dez-2011</b>	<b>13.925.465,00</b>	<b>451.910,00</b>	<b>14.387.880,00</b>
Incorporação de reservas			
Emissão de títulos de capital		(3 625,00)	(3 625,00)
<b>Saldo em 31-Dez-2012</b>	<b>13.925.465,00</b>	<b>448.285,00</b>	<b>14.384.255,00</b>
Incorporação de reservas			
Emissão de títulos de capital		(7 600,00)	(7 600,00)
<b>Saldo em 31-Dez-2013</b>	<b>13.925.465,00</b>	<b>440.685,00</b>	<b>14.376.655,00</b>

Em 31 de Dezembro de 2013, o capital da CCAM de Mafra encontra-se disperso por 4.942 associados, não existindo nenhum associado a deter mais de 1.000 euros (200 títulos de capital) no capital da CCAM.

**NOTA 25 – RESERVAS DE REAVALIAÇÃO**

Esta rubrica apresenta a decomposição seguinte:

	Reservas de Reavaliação			Reservas Por Impostos Diferidos		TOTAL
	Reservas de Reavaliação do Justo Valor	Reservas de Reavaliação Legais	Outras Reservas de Reavaliação	Por Diferenças Temporárias	Por Prejuizos ou Creditos Fiscais	
<b>Saldo Final a 31-Dez-2012</b>	<b>(2 024 303,05)</b>	<b>398 793,48</b>	<b>0,00</b>	<b>505 416,69</b>	<b>50 153,32</b>	<b>(1 069 939,56)</b>
Constituições	728 175,61	10 624,77	(296 446,00)	(42 484,25)		(399 870,13)
Anulações	1 596 866,79			(292 417,03)		1 596 866,79
Transferências						0,00
<b>Saldo Final a 31-Dez-2013</b>	<b>(1 155 611,87)</b>	<b>388 168,71</b>	<b>296 446,00</b>	<b>255 483,91</b>	<b>50 153,32</b>	<b>(165 359,93)</b>

As reservas de reavaliação do Justo valor são movimentadas de acordo com o que se encontra estipulado no §55 alínea b) da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, sendo calculados os impostos diferidos respeitantes aos montantes inscritos nestas reservas de reavaliação, conforme o estipulado na IAS 12 – Imposto sobre o Rendimento.

Os movimentos na rubrica Reservas de Reavaliação respeitam à flutuação do justo valor (ganhos e perdas) dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, nomeadamente os Títulos de Dívida Pública mencionados na Nota 13.

Estas flutuações devem ser registadas nesta rubrica até que os respetivos ativos financeiros sejam desreconhecidos, altura em que são reconhecidos nos lucros ou prejuízos do exercício.

#### NOTA 26 – OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Esta rubrica apresenta a decomposição seguinte:

	Outras Reservas			Resultados Transitados	TOTAL
	Reserva Legal	Reserva Especial	Outras Reservas	Diferenças resultantes de Alteração de Políticas Contabilísticas	
Saldo Final a 31-Dez-2012	9 198 798,94	252 673,58	6 983,18	(15 691,51)	9 442 764,19
Constituições	55 034,54	204 446,66		56 615,77	316 096,97
Anulações				(69 371,49)	(69 371,49)
Transferências					0,00
<b>Saldo Final a 31-Dez-2013</b>	<b>9 253 833,48</b>	<b>457 120,24</b>	<b>6 983,18</b>	<b>(28 447,23)</b>	<b>9 689 489,67</b>

#### NOTA 27 – COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Os compromissos associados à atividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Garantias Prestadas e Outros Passivos Eventuais</b>		
Empresas e Administrações Públicas	587 140,47	770 927,36
Particulares	479 424,58	494 880,42
	<b>1 066 565,05</b>	<b>1 265 807,78</b>
<b>Garantias Recebidas</b>		
Empresas e Administrações Públicas	3 579 245,89	3 565 194,95
Particulares	1 639 569,71	2 397 696,21
	<b>5 218 815,60</b>	<b>5 962 891,16</b>
<b>Compromissos perante Terceiros</b>		
Linhas de Crédito Irrevogáveis	18 816 489,28	35 035 934,63
Responsabilidades a prazo de contribuições para o FGD	36 508,44	36 508,44
	<b>18 852 997,72</b>	<b>35 072 443,07</b>
	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
<b>Responsabilidades por prestação de Serviços</b>		
Cobrança de Valores	35 915,81	54 514,82
	<b>35 915,81</b>	<b>54 514,82</b>
<b>Outras Contas Extrapatrimoniais</b>		
Créditos Abatidos ao Ativo	46 566,85	39 781,01
Juros Vencidos	64 065,72	392 258,88
Despesas de crédito vencido	157 786,42	148 718,86
	<b>268 418,99</b>	<b>580 758,75</b>

**NOTA 28 – PROVISÕES LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES**

Esta rubrica apresenta a decomposição seguinte:

	31/12/2013	31/12/2012
Dotações	626 130,44	1 041,41
Utilizações	0,00	0,00
Reversões	234 815,40	63 713,93
<b>Saldo Final</b>	<b>391 315,04</b>	<b>(62 672,52)</b>

**NOTA 29 – CORREÇÕES DE VALOR ASSOCIADO AO CRÉDITO A CLIENTES E VALORES A RECEBER DE OUTROS DEVEDORES**

O valor desta rubrica apresenta a seguinte variação:

	31/12/2013	31/12/2012
Dotações	4 636 446,81	5 009 620,18
Utilizações	0,00	0,00
Reversões	7 523 486,53	2 818 135,36
<b>Saldo Final</b>	<b>(2 887 039,72)</b>	<b>2 191 484,82</b>

**NOTA 30 – IMPARIDADE DE OUTROS ATIVOS**

Esta rubrica apresenta a decomposição seguinte:

	Outros Ativos	
	31/12/2013	31/12/2012
Dotações	2 906 773,14	18 000,00
Utilizações	0,00	0,00
Reversões	22 600,00	0,00
<b>Saldo Final</b>	<b>2 884 173,14</b>	<b>18 000,00</b>

**NOTA 31 – IMPOSTOS DIFERIDOS**

Em consequência da aplicação das NCA's a CCAM apurou impostos diferidos conforme detalhe seguinte:

	Balço		DR	
	2013	2012	2013	2012
<b>Ativos por impostos diferidos</b>				
Provisões tributadas a deduzir em períodos futuros	1 805 265,31	2 712 200,30	1 054 981,52	510 447,34
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	347 830,04	643 629,69		
Benefícios fiscais (p.e. criação emprego a jovens)	46 631,65	12 595,45	11 508,80	3 598,69
Outros	667 128,28	45 545,00		258,00
	<b>2 866 855,28</b>	<b>3 413 970,44</b>	<b>1 066 490,32</b>	<b>514 304,03</b>
<b>Passivos por impostos diferidos</b>				
Reservas de Reavaliações	27 641,01	31 023,63		
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	64 705,13	107 189,38		
Provisões tributadas a deduzir em períodos futuros			148 046,53	1 100 515,08
Outros			667 128,28	
	<b>92 346,14</b>	<b>138 213,01</b>	<b>815 174,81</b>	<b>1 100 515,08</b>
<b>Impacto total dos Impostos diferidos</b>	<b>2 774 509,14</b>	<b>3 275 757,43</b>	<b>(251 315,51)</b>	<b>586 211,05</b>

**NOTA 32 – INFORMAÇÃO SOBRE A COBERTURA DE RESPONSABILIDADES DE PENSÕES DE REFORMA E SOBREVIVÊNCIA**

De acordo com as Cláusulas 109<sup>a</sup>, 110<sup>a</sup> e 111<sup>a</sup> do ACT, os participantes ao abrigo do Plano de Pensões terão direito a uma pensão de invalidez ou velhice, em função do nível e diuturnidades, calculados e atualizados com base na totalidade do tempo de serviço prestado até à data do evento.

Assim, o cálculo das pensões inclui as diuturnidades futuras até à aposentação definidas na Cláusula 81<sup>a</sup> do ACT.

Foram consideradas as promoções obrigatórias por antiguidade estabelecidas pela Cláusula 15<sup>a</sup> do ACT, ou seja, o salário pensionável, projetado para a idade de reforma, incorporou a evolução automática na carreira até aos 65 anos.

Esta avaliação está de acordo com as disposições constantes do Aviso n.º12/2001 do Banco de Portugal.

De acordo com a cláusula 116<sup>a</sup> do acordo coletivo de trabalho (ACT), constituem contribuições obrigatórias das instituições de crédito para o SAMS a verba correspondente a 6,5% das pensões de reforma e sobrevivência.

No final do exercício de 2008, as responsabilidades com cuidados médicos pós-emprego (SAMS) passaram a ser financiados através do fundo de pensões.

Porém, de acordo com o Aviso n.º 12/2001 com as alterações introduzidas designadamente pelos avisos n.º 4/2005, n.º 12/2005 e n.º 7/2008 do Banco de Portugal, o reconhecimento do impacto que, a 30 de Junho de 2008, se encontrava por reconhecer ao abrigo do plano de amortização decorrente da transição para as normas internacionais de contabilidade pode ser atingido através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes até 31 de Dezembro de 2014.

Adicionalmente o reconhecimento do impacto que, a 30 de Junho de 2008, se encontrava por reconhecer decorrente da alteração da tábua de mortalidade bem como das responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego, pode ser reconhecido através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes anuais até 31 de Dezembro de 2016.

O estudo atuarial que seguidamente se apresenta assenta em pressupostos considerados adequados para este esquema de reformas, enquadrados nos princípios estabelecidos na *International Accounting Standard (IAS) 19*.

As responsabilidades assumidas para com os seus funcionários estão cobertas, conforme referido na nota B 10.1) pelo Fundo de Pensões do Crédito Agrícola Mútuo.

### CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

POPULAÇÃO	31/12/2013	31/12/2012
<b>Ativos</b>		
Número de Participantes	39 i)	39
Número de Participantes com mais de 65 anos	0	0
Idade Média	44,5	44,1
Antiguidade Média na Banca	19,6	19,4
Salário Médio Anual	29 809 €	27 460 €
<b>Reformados</b>		
Número de Participantes	11	11
Idade Média	68,5	67,5
Pensão Média Anual a Cargo do Fundo	1 326 €	1 330 €

i) – Relativamente ao Relatório Atuarial do Fundo de Pensões, aguarda-se a inclusão de um elemento já reformado.

### MÉTODOS, PRESSUPOSTOS E HIPÓTESES USADOS NA AVALIAÇÃO ATUARIAL

<b>PRESSUPOSTOS FINANCEIROS</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Taxa de crescimento salarial futura	1,65%	2,00%
Taxa de Desconto	ii)	4,50%
Taxa de crescimento das Pensões	1,40%	1,75%
Taxa de revalorização de salários para a Seg Social - n.º 2 art.º 27 do Decreto Lei 187/2007	1,46%	1,81%
Taxa de revalorização de salários para a Seg Social - n.º 1 art.º 27 do Decreto Lei 187/2007	1,40%	1,75%
<b>PRESSUPOSTOS DEMOGRÁFICOS</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de Invalidez	EVK 80	EVK 80
Idade de Reforma	65 anos	65 anos

ii) Quanto ao pressuposto da taxa de desconto foi utilizado o seguinte:

- a) Para os trabalhadores no ativo e licenças sem vencimento com idade atuarial inferior a 55 anos: 4,25%
- b) Para os trabalhadores no ativo e licenças sem vencimento com idade atuarial igual ou superior a 55 anos: 4,0%
- c) Para os pré-reformados, reformados e pensionistas: 3,5%

**RESPONSABILIDADES COM TRABALHADORES NO ATIVO**

Em 31 de Dezembro de 2013, o valor actual das responsabilidades com pensões de reformas e sobrevivência e com o pagamento dos encargos pós-emprego com o SAMS na parte que cabe ao empregador (6,5% das pensões totais), referente aos trabalhadores no ativo foi o que seguidamente se indica:

<b>Valor actual das Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2013</b>	
<b>Por Serviços Passados</b>	351 966 €
<b>Por Serviços Futuros</b>	308 842 €

**RESPONSABILIDADES COM REFORMADOS**

Relativamente às pensões em pagamento aos atuais reformados, os valores das responsabilidades totais, incluindo as responsabilidades com o pagamento dos encargos com SAMS, são os que seguidamente se apresentam:

<b>Valor actual das responsabilidades totais</b>	<b>401.754 €</b>
--	------------------

**RESPONSABILIDADES COM O PAGAMENTO DE PRÉMIOS DE ANTIGUIDADE**

De acordo com a cláusula 127<sup>a</sup> do acordo colectivo de trabalho (ACT) do Crédito Agrícola Mútuo, os trabalhadores têm direito, após o cumprimento de algumas condições definidas na referida cláusula, a um prémio de antiguidade.

O valor actual das responsabilidades com prémios de antiguidade futuros é apresentado no quadro que se segue (com referência a 31 de Dezembro de 2013):

<b>Valor actual das Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2013</b>	
<b>Por Serviços Passados</b>	158 692 €
<b>Por Serviços Futuros</b>	89 916 €

Em 31 de Dezembro de 2013, o valor do Património do Fundo de Pensões referente à quota-parte da CCAM era de € 866.890 (em 2012 era de € 836.366 e em 2011 era de € 787.342), assim e para os parâmetros em vigor, o nível de financiamento da quota-parte desta Instituição era o seguinte:

	2013	2012	2011
Nível de Financiamento Global	115%	90%	99%
Nível de Financiamento Aviso 12/2001	138%	112%	112%

**NOTA 33 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS OU DE RESSEGUROS**

A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (CCAM) de Mafra está inscrita no Instituto de Seguros de Portugal, com o estatuto de Mediador de Seguros Ligado, de acordo com o artigo 8º, alínea a), subalínea i), do Decreto-Lei nº 144/2006, de 31 de Julho, desenvolvendo a atividade de intermediação em exclusividade com as Seguradoras do Grupo Crédito Agrícola, designadamente, a Crédito Agrícola Seguros – Companhia de Seguros de Ramos Reais, SA (CA Seguros), que se dedica ao exercício da atividade de seguros para todos os Ramos Não Vida e com a Crédito Agrícola Vida – Companhia de Seguros, SA (CA Vida), que se dedica ao exercício da atividade de seguros para o Ramo Vida e Fundos de Pensões.

No âmbito dos serviços de mediação de seguros a CCAM efetua a venda de contratos de seguros e de adesões a Fundos de Pensões, presta apoio pós-venda aos segurados e participa no encaminhamento das participações de sinistros que sejam entregues nos Balcões da CCAM.

Como contrapartida dos serviços de mediação de seguros prestados às referidas seguradoras, a CCAM recebe remunerações pela mediação de seguros e pela colocação de adesões em Fundos de Pensões as quais estão definidas em Protocolo estabelecido entre a CCAM e as referidas Seguradoras.

As remunerações de mediação de seguros são reconhecidas como um rendimento na Demonstração de Resultados, na rubrica de Rendimentos de Serviços e Comissões. Os valores de remunerações a pagar pelas Seguradoras, à data de 31 de Dezembro de cada ano, estão reconhecidas como um ativo no Balanço, na rubrica de Outros Ativos. À data de emissão das presentes demonstrações financeiras, as remunerações de mediação que estavam por pagar em 31 de Dezembro de 2013, encontram-se já integralmente pagas pelas referidas Seguradoras.

O quadro seguinte evidencia o valor total das remunerações de mediação de seguros auferidas pela CCAM nos últimos 3 anos (valores em euros):

Origem	Seguradora	2011	2012	2013	% por Origem 2013
<b>Ramos Não Vida</b>	CA Seguros	112 661,47	128 487,99	159 447,52	51,2%
<b>Ramo Vida</b>	CA Vida	126 772,37	118 480,26	151 341,83	48,6%
<b>Fundos de Pensões</b>	CA Vida	3,65	24,64	343,33	0,1%
<b>Total</b>		<b>239 437,49</b>	<b>246 992,89</b>	<b>311 132,68</b>	

A CCAM não efetua a cobrança de prémios por conta das seguradoras, nem efetua a movimentação de quaisquer tipos de fundos relativos a contratos de seguros. Desta forma, não há qualquer outro ativo, passivo, rendimento ou gasto a reportar, relativo à atividade de mediação de seguros exercida pela CCAM.

**NOTA 34 – IMPOSTO CORRENTE SOBRE LUCROS**

Em 31 de Dezembro de 2013 o imposto sobre lucros e a correspondente derrama, foram calculados de acordo com as disposições do Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (CIRC), apurando-se o montante de € 334.449,14 conforme detalhe da modelo 22:

**Imposto Corrente sobre os Lucros**

	31/12/13	31/12/12
Resultado Líquido do Exercício	340 452,55	275 172,71
Variações Patrimoniais positivas não reflectidas no resultado	296 446,00	
Variações Patrimoniais negativas não reflectidas no resultado	-39 072,00	-39 072,00
<b>Total</b>	<b>597 826,55</b>	<b>236 100,71</b>
<b>A Acrescer</b>		
Depreciação e amortizações não aceites	21 968,89	21 968,89
Provisões não dedutíveis	1 539 159,83	4 051 787,44
Realizações de utilidade Social não dedutíveis		
IRC	334 449,14	950 104,58
Impostos Diferidos	1 066 490,32	514 304,03
Donativos não previstos ou além dos limites legais	33 889,98	24 086,75
Outros	229 453,09	201 223,68
<b>Total</b>	<b>3 823 237,80</b>	<b>5 999 576,08</b>
<b>A Deduzir</b>		
Reversão de ajustamentos em inventários tributados		
Reversão de provisões tributadas	1 977 381,05	1 915 364,52
Impostos Diferidos	815 174,81	1 100 515,08
Mais Valia Contabilística	8 338,30	8 135,62
Benefícios Fiscais	24 226,00	42 273,69
Outros	52 678,00	118 692,05
<b>Total</b>	<b>2 877 798,16</b>	<b>3 184 980,96</b>
<b>Matéria Coletável</b>	<b>945 439,64</b>	<b>2 814 595,12</b>
	<b>Regime Geral</b>	<b>Regime Geral</b>
<b>Prejuízo Fiscal</b>		
<b>Lucro Fiscal</b>	945 439,64	2 814 595,12
Imposto à taxa normal (Mat. Col. x 25,00%)	236 359,91	703 648,78
<b>Colecta</b>	<b>236 359,91</b>	<b>703 648,78</b>
<b>Deduções</b>		
Benefícios Fiscais	11 992,54	0,00
Taxa efectiva de imposto sobre o lucro contabilístico	25,00%	25,00%
Retenções na Fonte	156,57	156,44
Pagamentos por conta + Pagamentos Adiconais por Conta	701 334,00	563 670,00
<b>Imposto a Pagar</b>	<b>224 367,37</b>	<b>703 648,78</b>
Derrama	14 181,59	42 218,93
Derrama Estadual	0,00	39 437,85
IRC de períodos anteriores	0,00	14 888,45
Tributações Autónomas	95 900,18	131 852,81
<b>IRC a pagar</b>		<b>368 220,38</b>
<b>IRC a receber</b>	<b>367 041,43</b>	
<b>Excesso / Insuficiência de Estimativa de Imposto</b>		
<b>Imposto estimado no final do exercício</b>	<b>334 449,14</b>	<b>917 158,37</b>

### **NOTA 35 – INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS**

De acordo com o previsto no artigo 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, apresenta-se a seguinte informação:

a) Das operações não incluídas no balanço, aquelas em que o impacto nas contas tem maior relevância são as referidas na Nota 27. Para além dos impactos referidos nas Notas 4, 20 e 23, existe o risco da CCAM ter que assumir o cumprimento das obrigações dos seus clientes perante terceiros, no caso de estes falharem os seus compromissos, no entanto, em termos históricos, tais situações têm tido um impacto materialmente irrelevante;

b) O total de honorários faturados durante o exercício de 2013, sujeitos a IVA à taxa legal em vigor, pela sociedade de revisores oficiais de contas foi de:

- 21.000 Euros, relativamente à revisão legal das contas anuais; e

- 5.190 Euros, referentes a serviços de garantia e fiabilidade.

Mafra, 5 de Março de 2014

O Conselho de Administração

Eng.ª Maria Manuela Nina Jorge Vale

Adélia M. Gomes Rodrigues Antunes

Eng.º David Alexandre Neves Silva Jorge





# PARECER DO CONSELHO FISCAL



## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

### Introdução

Em cumprimento do disposto na Lei e nos Estatutos da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, CRL (adiante designada por CCAM ou Instituição), o Conselho Fiscal apresenta o relatório sobre a ação fiscalizadora da CCAM no exercício de 2013 e emite o seu Parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados do referido exercício.

### Responsabilidades

A preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras do exercício que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Instituição, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a implementação e manutenção dum sistema de controlo interno no sentido de garantir a eficiente condução da atividade na base da aderência às políticas de gestão em cumprimento da lei, normas e regulamentos, internos e das Autoridades de Supervisão, são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Ao Conselho Fiscal incumbe a responsabilidade de examinar os registos contabilísticos das operações bem como as respetivas Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão, em conformidade com as disposições legais, estatutárias, normativas e regulamentares em vigor, e expressar uma opinião sobre as Demonstrações Financeiras baseada no exame realizado.

### Âmbito

No exercício de 2013, e no âmbito do desempenho das nossas atribuições e competências, tomamos conhecimento dos trabalhos desenvolvidos pelos Revisores Oficiais de Contas, acompanhámos a atividade da CCAM através de reuniões de trabalho com o Conselho de Administração e com os serviços, da participação nas reuniões alargadas, da informação regularmente disponibilizada e de outra diretamente solicitada aos serviços, tendo realizado várias reuniões periódicas.

Comprovámos o cumprimento das normas aplicáveis à contabilização das operações, apreciamos a adequabilidade das políticas contabilísticas adotadas e a respetiva divulgação e examinámos o Relatório de Gestão (Relatório do Conselho de Administração) e as Demonstrações Financeiras do exercício, que compreendem o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo (Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras).

Ao terminar gostaríamos de expressar o nosso agradecimento pelo excelente, oportuno e continuado apoio que recebemos por parte do Conselho de Administração e dos Serviços.

### **Parecer**

Assim, somos de parecer:

1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício de 2013.

2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Mafra, 12 de Março de 2014

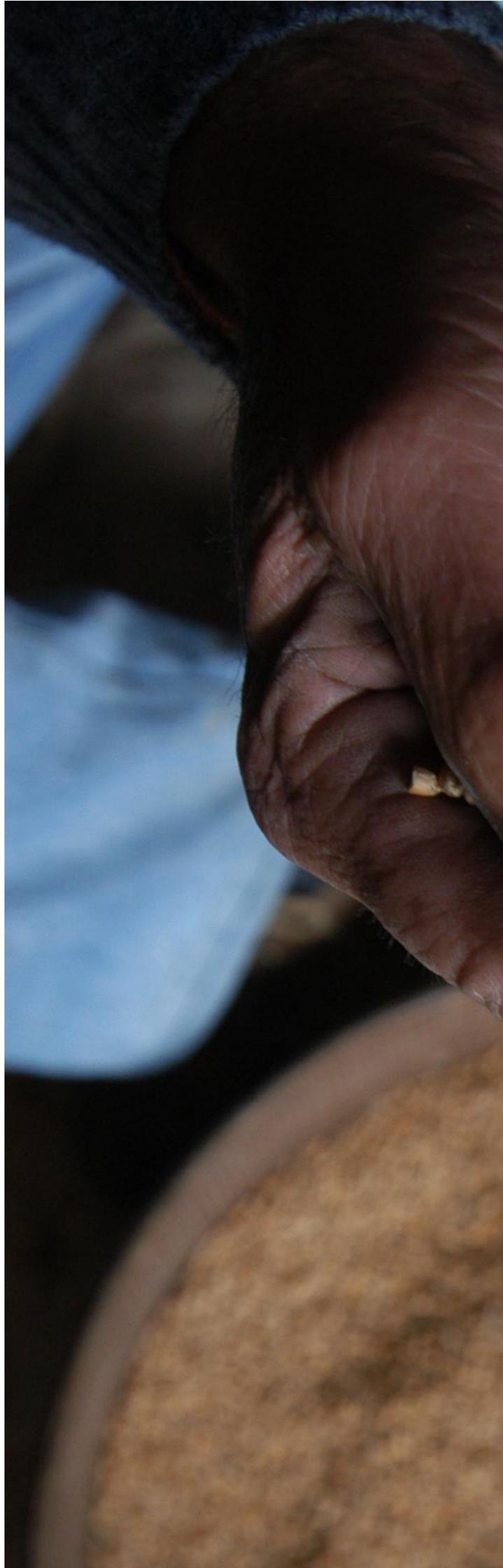
### **O CONSELHO FISCAL**

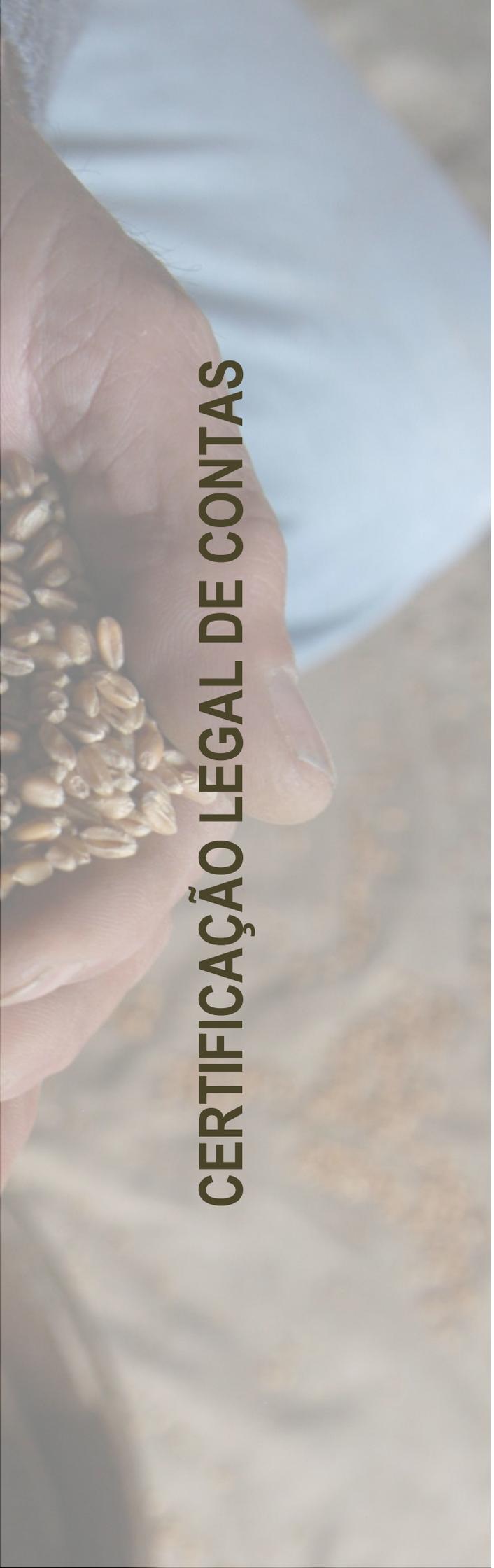
Dr. Mário Jorge Silvestre Neto – Presidente

Dr. Sérgio Nuno Dias Bento - Secretário

Dr. João Miguel Peralta Patrocínio Bento – Vogal







# CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS





**OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.**

Inscrita sob o nº 23  
Auditor (C.M.V.M.)

Membro de / Member of



FERNANDO MARQUES OLIVEIRA  
JOSÉ VIEIRA DOS REIS  
CARLOS A. DOMINGUES FERREZ  
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS  
CARLOS MANUEL GRENHA  
GUILHERME W. D'OLIVEIRA MARTINS

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da *CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE MAFRA, C.R.L.*, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2013 (que evidencia um total de 133.009.736 euros e um total de capital próprio de 24.241.237 euros, incluindo um resultado líquido de 340.453 euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração de alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo (notas explicativas às demonstrações financeiras).

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da CCAM e o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável

1/3

SEDE | HEAD OFFICE  
Av. da Liberdade, n.º 245 – 8.º A, B e C  
1250-143 LISBOA - PORTUGAL  
Tel. (+351) 217 271 197  
Fax (+351) 217 273 129

Delegação Centro | Center Branch  
Av. 22 de Maio, n.º 24 - Esplanada 3  
2415-396 LEBRIA - PORTUGAL  
Tel. (+351) 244 822 175  
Fax (+351) 244 822 178

Delegação Norte | North Branch  
Via Eng.º Edgar Cardoso, n.º 23  
Ed. Tower Plaza - Esplanada SE  
4400-676 VILA NOVA DE GAIA-PORTUGAL  
Tel. (+351) 223 744 485  
Fax (+351) 223 744 977

E-mail: [geral@orosroc.pt](mailto:geral@orosroc.pt)

Web: [www.orosroc.pt](http://www.orosroc.pt)



**OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.**

Inscrita sob o n.º 23

sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### **OPINIÃO**

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, nos aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da *CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE MAFRA, C.R.L.*, em 31 de dezembro de 2013, e o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para as instituições de crédito e sociedades financeiras.



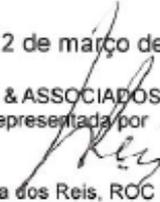
**OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.**  
Inscrita sob o n.º 23

**RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS**

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 12 de março de 2014

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, Lda.  
Representada por

  
José Vieira dos Reis, ROC n.º 359



Sede / Mafra – Telef. 261 811 195 • Fax 261 814 832  
e-mail: [mafra@ccammafra.pt](mailto:mafra@ccammafra.pt)  
Web: [www.ccammafra.pt](http://www.ccammafra.pt)

Azueira – Telef. 261 961 104 • Fax 261 961 394  
e-mail: [azueira@ccammafra.pt](mailto:azueira@ccammafra.pt)

Encarnação – Telef. 261 855 120 • Fax 261 856 252  
e-mail: [encarnacao@ccammafra.pt](mailto:encarnacao@ccammafra.pt)

Póvoa da Galega – Telef. 219 750 042 • Fax 219 750 279  
e-mail: [povoa.galega@ccammafra.pt](mailto:povoa.galega@ccammafra.pt)

Malveira – Telef. 219 661 597 • Fax 219 661 603  
e-mail: [malveira@ccammafra.pt](mailto:malveira@ccammafra.pt)

Ericeira - Telef. 261 866 903 • Fax 261 866 905  
e-mail: [ericeira@ccammafra.pt](mailto:ericeira@ccammafra.pt)



Sede / Mafra – Telef. 261 811 195 • Fax 261 814 832  
e-mail: [mafra@ccammafra.pt](mailto:mafra@ccammafra.pt)  
Web: [www.ccammafra.pt](http://www.ccammafra.pt)

Azueira – Telef. 261 961 104 • Fax 261 961 394  
e-mail: [azueira@ccammafra.pt](mailto:azueira@ccammafra.pt)

Encarnação – Telef. 261 855 120 • Fax 261 856 252  
e-mail: [encarnacao@ccammafra.pt](mailto:encarnacao@ccammafra.pt)

Póvoa da Galega – Telef. 219 750 042 • Fax 219 750 279  
e-mail: [povoa.galega@ccammafra.pt](mailto:povoa.galega@ccammafra.pt)

Malveira – Telef. 219 661 597 • Fax 219 661 603  
e-mail: [malveira@ccammafra.pt](mailto:malveira@ccammafra.pt)

Ericeira - Telef. 261 866 903 • Fax 261 866 905  
e-mail: [ericeira@ccammafra.pt](mailto:ericeira@ccammafra.pt)